



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ECONOMIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

EDEILDA MARIA DE JESUS SANTANA

A POBREZA NO BRASIL NA DÉCADA DE 2000: POLÍTICAS E RESULTADOS

SALVADOR
2012

EDEILDA MARIA DE JESUS SANTANA

A POBREZA NO BRASIL NA DÉCADA DE 2000: POLÍTICAS E RESULTADOS

Versão final do trabalho de conclusão de curso apresentado no curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Bouzid Izerrougene

**SALVADOR
2012**

Ficha catalográfica elaborada por Vânia Magalhães CRB5-960

Santana, Edeilda Maria de Jesus
S231 A pobreza no Brasil na década de 2000: políticas e resultados./ Edeilda Maria de
Jesus Santana. _ Salvador, 2012.
55 f. : il.: graf.; tab.
Trabalho de conclusão de curso (Graduação) - Universidade Federal da Bahia,
Faculdade de Ciências Econômicas, 2012.
Orientador: Prof. Dr. Bouzid Izerrougene.

1. Pobreza – Brasil. 2. Políticas públicas 3. Programa bolsa família - Brasil. 4.
Programas de sustentação de renda – Brasil. I. Izerrougene, Bouzid. II. Título. III.
Universidade Federal da Bahia.

CDD – 339.46

EDEILDA MARIA DE JESUS SANTANA

A POBREZA NO BRASIL NA DÉCADA DE 2000: POLÍTICAS E RESULTADOS

Trabalho de conclusão de curso apresentado no curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

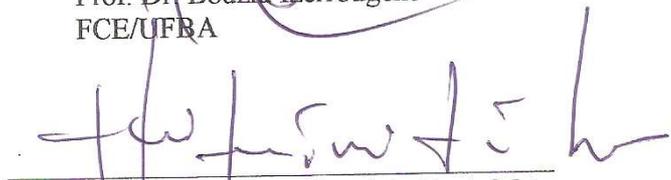
Aprovada em 02 outubro de 2012

Banca examinadora

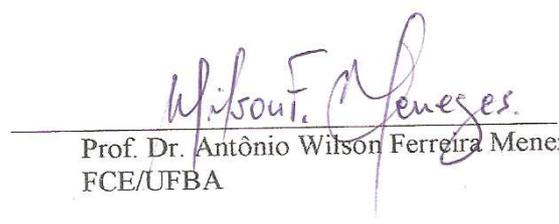
Orientador:



Prof. Dr. Bouzid Izerrougene
FCE/UFBA



Prof. Dr. Henrique Tomé da Costa Mata
FCE/UFBA



Prof. Dr. Antônio Wilson Ferreira Menezes
FCE/UFBA

Dedico este trabalho a meu filho Pedro, por ser a pessoa mais importante da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me dado à oportunidade de vivenciar mais uma conquista.

Aos meus queridos pais, Carlito e Elza (*in memoriam*), por terem sido os melhores exemplos de seres humanos do qual tive a oportunidade de conviver.

Agradeço a todos os meus amigos e familiares pelo carinho e incentivo. Agradeço principalmente ao meu filho Pedro, por ele existir e ser um bebê tranquilo e saudável, possibilitando a realização deste trabalho.

Agradeço aos professores por contribuírem para minha formação acadêmica, e em especial ao Prof. Dr. Bouzid Izerrougene pela valiosa orientação que muito contribuiu para a elaboração desta monografia.

Por fim agradeço a toda equipe da Faculdade de Ciências Econômicas pela amizade, pela gentileza e principalmente pela colaboração.

“A GENTE NÃO QUER SÓ COMIDA,
A GENTE QUER BEBIDA, DIVERSÃO, BALÉ
A GENTE NÃO QUER SÓ COMIDA,
A GENTE QUER A VIDA COMO A VIDA QUER.”

COMIDA

ARNALDO ANTUNES/MARCELO FROMMER/SÉRGIO BRITO

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo discutir os conceitos de pobreza na atualidade e suas implicações na formulação, implantação e fiscalização das políticas públicas sociais. Pretende, especialmente, analisar as principais abordagens da pobreza: a abordagem monetária, a das necessidades humanas básicas e das capacitações. Considerando as especificidades que a pobreza possui, torna-se importante estudar os elementos que estão na sua origem, assim como aqueles que a tornam persistente em determinadas regiões. Por isso, numa perspectiva unidimensional desenhou-se o mapa da pobreza no Brasil na década de 2000, evidenciando o Programa Bolsa Família, enquanto política pública de combate à pobreza, enfatizando seus impactos positivos e negativos.

Palavras-chave: Pobreza unidimensional. Pobreza multidimensional. Programa Bolsa Família. Políticas públicas sociais.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Crescimento do PIB no Brasil (% a.a.).....	21
Gráfico 2	Evolução da taxa de desemprego (% PEA).....	22
Gráfico 3	Inflação IPCA (% a.a.).....	24
Gráfico 4	Taxas de inadimplência (% total).....	25
Gráfico 5	Evolução do salário mínimo (R\$, média anual, a preço de dezembro de 2010).....	25
Gráfico 6	Taxa média geométrica de crescimento anual da população residente, por situação do domicílio – Brasil – 1950/2010.....	29
Gráfico 7	Incidência da população em extrema pobreza por situação do domicílio segundo Grandes Regiões – 2010 (em %).....	31
Gráfico 8	Proporção de pessoas por classes selecionadas de rendimento domiciliar <i>per capita</i> , segundo as classes de tamanho da população dos municípios – Brasil 2010.....	32
Gráfico 9	Variação da pobreza no Brasil de 2003 a 2009 (em %).....	36
Gráfico 10	Coefficiente de Gini.....	37
Gráfico 11	Evolução das classes econômicas no Brasil de 2003 a 2010.....	47
Gráfico 12	Número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa família – Brasil, 2004 – 2011.....	47

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	População residente e participação relativa, por situação do domicílio – Brasil – 1950/2010.....	27
Tabela 2	Taxa média geométrica de crescimento anual da população residente, por situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões – 1950/2010.....	29
Tabela 3	Distribuição da população em extrema pobreza por sexo, segundo Grandes Regiões e situação do domicílio.....	33
Tabela 4	Distribuição da população em extrema pobreza por cor ou raça segundo Grandes Regiões situação do domicílio.....	34
Tabela 5	Distribuição da população em extrema pobreza por faixa etária segundo Grandes Regiões e situação do domicílio.....	35
Tabela 6	Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por Grandes regiões, segundo as classes de rendimento nominal mensal – 2010.....	36

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	POBREZA ENQUANTO QUESTÃO CONCEITUAL	12
2.1	POBREZA SEGUNDO A ÓTICA UNIDIMENSIONAL: ABORDAGEM MONETÁRIA	12
2.2	POBREZA SEGUNDO A ÓTICA MULTIDIMENSIONAL	14
2.2.1	Abordagem das necessidades humanas básicas	14
2.2.2	Abordagem das privações de capacidades	15
3	O ESTUDO DA POBREZA NO BRASIL	18
3.1	CONTEXTO SOCIOECONÔMICO	18
3.1.1	Crescimento econômico	18
3.1.2	Pobreza e a relação entre inflação, renda, juro e crédito	22
3.1.3	Movimentos sociais	26
3.1.4	População rural e urbana	27
3.2	MAPA DA POBREZA NO BRASIL	30
3.2.1	Pobreza extrema	30
3.2.2	Pobreza absoluta	35
4	POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS NO BRASIL E O PBF	38
4.1	POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS NO BRASIL	38
4.2	BOLSA FAMÍLIA: UM PROGRAMA DE COMBATE A POBREZA	43
4.2.1	Impactos positivos e negativos do Programa Bolsa Família	45
4.2.1.1	Impactos positivos do Programa Bolsa Família	47
4.2.1.2	Impactos negativos do Programa Bolsa Família	48
5	CONCLUSÕES	51
	REFERÊNCIAS	53

1 INTRODUÇÃO

A pobreza é um fenômeno complexo cujo estudo vem tomando espaço nos últimos anos, principalmente no campo das Ciências Humanas. No Brasil, embora houvesse aumento significativo de riqueza, a persistência da pobreza ainda se dá de forma severa. Os estudos dessa temática têm mostrado a desigualdade como a principal causa, logo, sua redução fica muito mais limitada.

Apesar de o Estado desenvolver políticas públicas para combater a pobreza, os resultados ainda não são os esperados, devido à própria formulação das medidas, pois algumas se dão de forma equivocada a começar pela concepção conceitual de pobreza, que toma como principal referência apenas a renda. Ora, precisa-se considerar a multidimensionalidade da pobreza na elaboração e execução das políticas públicas e dos programas sociais para que se tenham soluções eficazes para o problema.

O conceito de pobreza é algo extremamente complexo e precisa ser evidenciado para permitir uma visão mais clara do objeto de estudo. Existem diferentes abordagens sobre o conceito de pobreza: abordagem monetária, abordagem das necessidades básicas e abordagem das capacitações.

A concepção de pobreza segundo a abordagem monetária é mencionada segundo o padrão de vida vigente na sociedade, que define como pobres as pessoas postas na categoria inferior da distribuição de renda, quando comparadas àquelas melhor posicionadas. Logo, essa abordagem é descrita como a situação em que o indivíduo, quando comparado a outros, tem menos renda necessária para suprir suas necessidades. Para melhor compreensão é estabelecida a linha de pobreza. Embora existam várias divergências de autores sobre a definição dessa linha, atualmente a mais utilizada toma como referência o salário mínimo, ou seja, pobre é quem tem renda *per capita* familiar igual a meio salário mínimo e indigente é aquele que possui renda familiar *per capita* equivalente a um quarto do salário mínimo.

A abordagem de pobreza segundo a visão das necessidades básicas é posta diante de novas exigências básicas de consumo de uma família, ou seja, não toma como referência apenas a renda. O referencial é mais amplo, pois leva em consideração os serviços de água potável,

saneamento básico, saúde, educação e cultura. Essa concepção é a mais aceita pelos órgãos internacionais.

Na ótica do economista Amartya Kumar Sen, a pobreza pode ser definida como privação das capacidades básicas de um indivíduo e não apenas como uma renda inferior a um patamar de renda pré-estabelecido. Por capacidades entende-se como um tipo de liberdade, ou seja, a liberdade substantiva de realizar combinações alternativas de funcionamentos ou a liberdade para ter estilos de vida diversos. Assim, a privação de capacidades essenciais pode acarretar diversas consequências, a exemplo de morte prematura, de subnutrição, de morbidez persistente, de analfabetismo e de outras deficiências. Sen não despreza o fato de a pobreza também ser caracterizada como uma renda inferior a um patamar pré-estabelecido, pois uma renda baixa pode ser a razão elementar da privação de capacidades de uma pessoa (SEN, 2000).

Considerando as especificidades que a pobreza possui, como, a impossibilidade de acesso a recursos para satisfazer as necessidades físicas, sociais e/ou psíquicas básicas do ser humano tais como alimentação, habitação, educação, saúde, emprego e segurança, torna-se necessário um estudo que busque compreender os aspectos que estão incluídos à sua ocorrência e insistência em determinadas regiões. Por isso, o objetivo principal desta monografia é analisar os múltiplos conceitos de pobreza, e numa perspectiva unidimensional, desenhar o mapa da pobreza no Brasil na década de 2000, evidenciando o Programa Bolsa Família, enquanto política pública de combate à pobreza, e enfatizando seus impactos positivos e negativos.

A hipótese deste trabalho é de que parte da população brasileira sofre privações terríveis, que não podem ser entendidas apenas pela análise da insuficiência de renda, tornando necessário o incremento de análises que considerem o caráter multidimensional da pobreza.

A presente monografia está estruturada em três capítulos, além desta introdução. O primeiro deles discute as três abordagens do conceito de pobreza: a abordagem monetária, a abordagem das necessidades humanas básicas e a abordagem das capacitações. O segundo capítulo faz uma reflexão do estudo da pobreza no Brasil, na década de 2000, desenhando o mapa da pobreza no Brasil na perspectiva monetária. O terceiro capítulo apresenta o Programa Bolsa Família (PBF) e os seus efeitos. E por fim, a guisa de conclusão, são apresentados os resultados deste trabalho monográfico.

2 POBREZA ENQUANTO QUESTÃO CONCEITUAL

O conceito de pobreza vem se transformando ao longo do tempo, passando da abordagem unidimensional a abordagens cada vez mais multidimensionais. Na abordagem unidimensional a pobreza é analisada apenas como insuficiência de renda, enquanto que na abordagem multidimensional a pobreza é analisada na dimensão econômica, social, cultural e política.

A noção de pobreza na visão de Kageyama e Hoffmann (2006) refere-se a vários tipos de privações, tanto material quanto de elementos de ordem não material. Essas privações podem ser de natureza absoluta, relativa ou subjetiva. A pobreza absoluta pode ser definida como ter menos do que um mínimo previamente estabelecido, a pobreza relativa é ter menos do que os outros na sociedade e a pobreza subjetiva é sentir que não se tem o suficiente para seguir para viver com dignidade.

O objetivo deste capítulo é explorar diferentes abordagens teóricas acerca da pobreza. Para melhor compreensão o capítulo é dividido em duas seções. Na seção 2.1 faz uma abordagem unidimensional da pobreza, e na seção 2.2 sustenta o debate do ponto de vista multidimensional, tanto no entendimento da abordagem das necessidades humanas básicas como na abordagem das privações de capacidades, defendida por Amartya Sen.

2.1 POBREZA SEGUNDO A ÓTICA UNIDIMENSIONAL: ABORDAGEM MONETÁRIA

Analisar a pobreza segundo a ótica unidimensional significa considerar a renda como único indicador de mensuração, ou seja, essa abordagem é estritamente monetária, pois consiste no

estado de carência em que vivem indivíduos ou grupos populacionais, impossibilitados, por insuficiência de rendas ou inexistência de bens de consumo, de satisfazer suas necessidades básicas de alimentação, moradia, vestuário, saúde e educação. O problema está ligado à capacidade produtiva da sociedade. (SANDRONI, 2006, p. 661).

Nesta visão, pode-se inferir que essas necessidades satisfeitas são economicamente benéficas aos indivíduos, pois aumentam a produtividade, são condições necessárias, porém não suficiente para reduzir a pobreza. O aumento da produtividade aumenta as oportunidades de emprego e, por extensão, aumenta os salários reais e o padrão de vida das pessoas.

A abordagem monetária da pobreza está apoiada na teoria econômica neoclássica, fundamentada na visão utilitarista. A doutrina utilitarista preconiza que antes de praticar uma ação, o indivíduo, em situação concreta e objetiva deve levar em consideração qual é o efeito de seu ato, que deverá trazer o maior bem para o maior número de pessoas. Dessa forma, o indivíduo busca o seu bem estar através da maximização da utilidade (SILVA; LACERDA; NEDER; 2011).

A maximização da utilidade se dá através do consumo, ou seja, os gastos em consumo refletem a utilidade que as mercadorias consumidas geram para o indivíduo. Como nessa perspectiva o consumo é o único indicador de bem estar, então a pobreza é entendida como insuficiência de renda, pois implica em insuficiência de consumo.

Na literatura contemporânea a insuficiência de renda é o conceito de pobreza mais utilizado, porque pressupõe que todos os indivíduos possuem renda mínima, e porque facilita os cálculos devido à disponibilidade de dados (MACHADO, 2007). E também porque, segundo Rocha (2003, p.18), há “estreita correlação entre renda e os indicadores de bem estar físico”. No entanto, essa afirmação serve apenas para solucionar questões operacionais, pois é relevante apenas nos estudos de pobreza extrema.

A identificação dos pobres por insuficiência de renda utiliza como critério a linha de pobreza, todavia não há um consenso entre os estudiosos sobre a definição de linha de pobreza. No Brasil tem sido relativamente comum a utilização de múltiplos de salário mínimo como linha de pobreza. Família com renda *per capita* de meio salário mínimo é considerada pobre, e família com renda *per capita* de um quarto do salário mínimo é considerada extremamente pobre. A linha de pobreza tem a intenção de “(...) ser o parâmetro que permite, a uma sociedade específica, considerar como pobres todos aqueles indivíduos que se encontrem abaixo do seu valor.” (BARROS; HENRIQUE; MENDONÇA; 2000, p. 22).

Grusky e Kanbur (2004) e Laderchi, Saith e Stewart (2003) *apud* Lacerda (2009, p.42) afirma que:

a literatura econômica convencional ainda adota uma perspectiva individualista e não consegue analisar o indivíduo dentro de um contexto social, sendo a multidimensionalidade um conceito ainda distante da análise de pobreza entre os economistas *mainstream*. Quando muito, sugerem o

desenvolvimento de capacidades, mas apenas como meio de aumentar a produtividade e, portanto, a renda entre os pobres.

Tomar a renda como único instrumento que influencia o bem estar é descartar outras grandezas tanto no nível individual quanto na coletividade. O estudo da pobreza considerando apenas essa vertente simplifica o debate sobre a temática, pois, a mesma pode ser muito mais ampla do que pode parecer, uma vez que a renda mostra apenas uma pequena parte das diversas formas da vida humana (SEN, 2000). Logo, mensurar a pobreza usando apenas o indicador monetário não cabe mais nos tempos atuais, pois as transformações sociais, políticas e econômicas são evidentes e exigem um mínimo de questionamento sobre a aplicabilidade dessa variável como medida primeira de bem estar.

O estudo da pobreza pode começar com informações sobre a renda, porém não deve terminar nela somente (SEN, 2000), pois a pobreza é um problema não apenas econômico, mas social cultural e político. A análise unidimensional da pobreza tende a desconfigurar o seu tamanho real, tornando inconsistente o debate sobre suas causas e sobre a elaboração de políticas públicas para combatê-la.

2.2 POBREZA SEGUNDO A ÓTICA MULTIDIMENSIONAL

Considerando que a pobreza possui múltiplas dimensões, esta seção propõe analisá-la tomando como referência diferentes indicadores. Dessa forma, amplia-se o seu entendimento, pois as privações impostas ao indivíduo não são apenas biológicas ou de renda, mas de acesso a certas necessidades sociais objetivas ou subjetivas de acordo com as condições de desenvolvimento da sociedade.

2.2.1 Abordagem das necessidades humanas básicas

A abordagem da pobreza segundo as necessidades humanas básicas surgiu por volta da década de 1950, decorrente da ideia de que o progresso social viria a partir da satisfação das necessidades básicas dos indivíduos e não do crescimento econômico. Essa visão veio colocar em questão a abordagem da pobreza segundo a insuficiência de renda, que era predominante no período.

A abordagem das necessidades básicas tira a renda do cerne do debate e coloca outros indicadores importantes para avaliação da qualidade de vida dos indivíduos. A abordagem das necessidades básicas vai além das necessidades físicas ou biológicas, incorpora uma lista mais ampla de necessidades humanas, tais como educação, saneamento, habitação e mercado de trabalho. Essa noção de pobreza abrange outros aspectos da vida habitual das pessoas, pelo fato de que elas não apenas se alimentam, mas se relacionam, trabalham. Essas outras atividades que compõem a dimensão da vida não necessariamente estão relacionadas ao critério renda, ou à condição de alimentação, mas são realizadas normalmente por qualquer indivíduo (ROCHA, 2003).

Para Lima (2004), a concepção de pobreza na ótica das necessidades básicas vai além dos aspectos econômicos, embora saibamos que estes são importantes para quantificar a pobreza. Nesta abordagem, a pobreza é analisada como uma realidade em que inexistem os recursos necessários para garantir e promover uma vida digna e integral, sendo uma pessoa considerada pobre se suas

circunstâncias materiais e os contextos políticos em que impedem de desenvolver certas capacidades essenciais que lhe permitam ser membro de uma comunidade social, econômica e política. Ser pobre, portanto, significa não somente carecer das condições mínimas de vida, mas, sobretudo carecer dos recursos indispensáveis para exercer os direitos elementares e constitutivos de cidadania social. (SALLES; TUIRÁN, 2003 *apud* LIMA, p.133, 2004).

Em suma os determinantes da pobreza segundo a abordagem das necessidades básicas não são apenas necessidades naturais vitais à sobrevivência, mas incluem também aspectos não materiais que possibilitam a realização da vida plena dos indivíduos, a exemplo de serviços públicos de qualidade, como educação, saneamento básico, saúde, garantia dos direitos legais e segurança, considerando o atendimento a essas necessidades como instrumentos de melhoria da qualidade de vida.

2.2.2 Abordagem das privações de capacidades

A Teoria da abordagem das capacitações inicia-se com os estudos do economista indiano Amartya Sen. A finalidade dessa abordagem não se limita à apreciação da pobreza, traz relevantes contribuições para a Teoria do bem estar social e para a Teoria do desenvolvimento

socioeconômico, especificamente no que concerne a análise do desenvolvimento na ótica da liberdade.

A visão da liberdade aqui adotada envolve tanto os processos que permitem a liberdade de ações e de decisões como as oportunidades reais que as pessoas têm, dadas as suas circunstâncias pessoais e sociais. A privação de liberdade pode surgir em razão de processos inadequados (como a violação do direito ao voto ou de outros direitos políticos ou civis), ou de oportunidades inadequadas que algumas pessoas têm para realizar o mínimo do que gostariam (incluindo a ausência de oportunidades elementares, como a capacidade de escapar de morte prematura, morbidez evitável ou fome involuntária). (SEN, 2000, p.31).

Essa perspectiva da pobreza baseada na liberdade apresenta uma preocupação com a qualidade de vida, que se concentra na forma como as pessoas vivem, e não apenas na quantidade de renda que possuem. A liberdade é o “determinante principal da iniciativa individual e da eficácia social”. (SEN, 2000, p.52), pois, estão pautadas na condição do indivíduo enquanto sujeito ativo, capaz de promover mudanças. Por isso que a liberdade é “o fim primordial e o principal meio do desenvolvimento”. (SEN, 2000, p. 52).

Conforme anteriormente foi colocado, a teoria seniana aborda dois tipos de liberdades: as liberdades substantivas e as liberdades instrumentais. As liberdades substantivas estão relacionadas às capacidades primeiras que possibilitam o impedimento das privações básicas. Enquanto que as liberdades instrumentais representam o principal meio para a promoção do desenvolvimento, ou seja, contribuem para a expansão da liberdade humana, tanto no sentido de os indivíduos exercerem seus direitos quanto na possibilidade de terem oportunidades para alcançar o bem estar.

Sen (2000) destaca cinco tipos de liberdades instrumentais: facilidades econômicas, oportunidades sociais, liberdades políticas, garantias de transparência e segurança protetora.

i. Facilidades econômicas: referem-se às chances que as pessoas têm para fazer uso dos recursos econômicos com intuito de consumir, produzir ou trocar. Nesse sentido, analisa-se o emprego, que representa um meio importante para que as pessoas realizem esses objetivos.

ii. Oportunidades sociais: “são as disposições que a sociedade estabelece nas áreas de educação, saneamento básico, saúde, etc.(...)” para que o indivíduo tenha uma vida melhor.

iii. Liberdades políticas: refere-se à capacidade que as pessoas têm para escolher seu governante, incluindo também a possibilidade de fiscalizá-lo e criticá-lo. Contudo, quando a expectativa de melhoria não é atendida as pessoas tornam-se descrentes.

iv. Garantias de transparência: condizem com as interações dos indivíduos uns com os outros, e são baseadas na confiança. As garantias de transparência referem-se às necessidades de relacionamentos sinceros entre as pessoas.

v. Segurança protetora: considerando a existência de vulnerabilidades que as pessoas pobres estão expostas, a garantia de uma rede de segurança social é imprescindível para impedir que essas pessoas vivam em situação de miséria e fome.

O fundamento básico da abordagem das capacitações é analisar o bem estar das pessoas de acordo com a liberdade que têm de ser e/ou fazer aquilo que elas resolvem, baseadas no princípio da justiça social. Nesta visão avalia-se a liberdade de escolha, atrelada à qualidade de vida.

A perspectiva da pobreza como privação de capacidades [capacitações] não envolve nenhuma negação da ideia sensata de que a baixa renda é claramente uma das causas principais da pobreza, pois a falta de renda pode ser uma razão primordial da privação de capacidades [capacitações] de uma pessoa. (SEN, 2000, p.109).

Pode-se inferir a partir desse argumento, que a adoção da abordagem das capacitações na análise da pobreza apresenta uma discussão no contexto da justiça social e das reflexões sobre igualdade e desigualdade. Portanto, Lacerda (2009, p.55), reconhece que, diante da complexidade do objeto de estudo e da heterogeneidade entre as pessoas, a análise da pobreza apenas pela renda afastaria do ponto de vista da privação de capacitações humanas.

3 ESTUDO DA POBREZA NO BRASIL

O Brasil é um espaço propício para analisar a pobreza, não apenas por conter um grande contingente de pessoas pobres, mas principalmente por comprovar sua capacidade de mitigar a pobreza. Essa capacidade pode ser consequência da mudança de instrumentos de política socioeconômica, tendo como resultado a redução do desemprego, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e a redução da taxa de inflação.

Neste capítulo são feitas algumas reflexões acerca do estudo da pobreza no Brasil na década de 2000. O objetivo primeiro é desenhar a pobreza no Brasil através da preponderância da abordagem unidimensional, ou seja, analisar a pobreza como apenas carência de renda. Como essa abordagem é bastante criticada, logo será oferecido subsídio para fazer uma reflexão frente à abordagem multidimensional da pobreza.

Para atingir tal objetivo, este capítulo está dividido em duas seções. A seção 3.1 que aborda as particularidades da atmosfera econômica e social brasileira a partir da década de 1930. E a seção 3.2 que tem por finalidade caracterizar a pobreza na década de 2000, segundo a abordagem unidimensional.

3.1 CONTEXTO SOCIOECONÔMICO

O Brasil tem se caracterizado no transcorrer de sua história como um país que limita a prática das liberdades política e social, privando a maioria da população de usufruir dos benefícios gerados pelo crescimento econômico. Nesta seção são apresentados dados históricos na esfera social e econômica do Brasil, a partir da década de 1930, para que se possa, com propriedade, contextualizar a pobreza.

3.1.1 Crescimento econômico

No período de 1930 a 1970 o Brasil apresentou surtos de crescimento econômico baseado na industrialização, embora esse processo industrial fosse considerado por muitos autores como limitado, em relação aos demais países capitalistas do mundo.

Apesar de a dinâmica da economia brasileira ter passado, a partir dos anos 30, a ser determinada internamente, tratava-se de um processo de industrialização ainda incompleto, uma vez que os setores produtores de bens de capital e de bens intermediários, os chamados bens de produção, eram muito pouco desenvolvidos no país. Por isso Cardoso de Melo denominou esse período, que se estende até o início da implantação do Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek, industrialização restringida. (LACERDA, 2010, p. 77).

A implantação da indústria no Brasil implicou perda da supremacia política dos cafeicultores e introduziu os trabalhadores no cenário político nacional. É importante ressaltar que a formação do mercado de trabalho brasileiro ocorreu de forma excludente e com relações de trabalho desiguais para o trabalhador, justificado pela falta de qualificação da mão de obra. (LACERDA, 2009).

No pós Segunda Guerra, imperou a visão de que a erradicação da pobreza no mundo ocorreria através do crescimento econômico. Então, os países em desenvolvimento precisavam alavancar sua economia para livrar-se da disseminação da pobreza, e a única maneira disso ocorrer seria através da industrialização. Para isso, o Estado, que era a principal instituição de fomento, precisava constituir mercados internos, aumentar a renda, ampliar os investimentos em infraestrutura e em capacidade produtiva, solidificar o mercado de trabalho assalariado e permitir o funcionamento das forças de mercado (LACERDA, 2009).

Durante as duas décadas seguintes a 1960, o Brasil apresentou elevado crescimento econômico, com taxas de variação real média de 6,5% entre 1960-1970 e 8,7% entre 1971-1980. O PIB (Produto Interno Bruto) per capita aumentou de US\$ 2,730 em 1960 para US\$ 6,710 em 1980, mesmo com a população total passando de aproximadamente 70 milhões para 119 milhões de pessoas. Houve aumento no percentual de pessoas residentes nas áreas urbanas – de 45% da população total em 1960 para 67,6% em 1980 – acompanhada de forte migração entre regiões e intrarregional. O setor industrial ampliou a sua participação no PIB e a taxa de investimento (formação bruta de capital fixo/PIB) também cresceu nesse período. (LACERDA, 2009, p.67).

O crescimento econômico não necessariamente reflete no aumento do bem estar social, pois nesse período as classes de maior renda obtiveram lucros elevados em detrimento do salário dos trabalhadores, ameaçando a continuidade do processo de crescimento da economia e (LACERDA, 2009) contribuindo, dessa forma, para o aumento da pobreza no país.

Em 1979, a parcela apropriada pelos 10% mais ricos da população brasileira correspondia a 47,4% da renda total. Vinte anos mais tarde, em 1999, esse número permanece inalterado. Isto é, os 10% mais ricos continuam se apropriando dos mesmos 47,4% da renda total. No outro extremo, os 20% mais pobres que se apropriam, em 1979, de 2,7% da renda total passaram a usufruir em 1999, de 2,4%. E nesse período, o crescimento do PIB *per capita* passou de R\$ 2,230 para R\$ 2,507, um acréscimo de 12,7%. (FERREIRA, 2004, p.32).

As décadas de 80 e 90 foram marcadas pela estagnação econômica, foi a mais longa e a mais grave crise da história do Brasil contemporâneo, ficando conhecidas como as “décadas perdidas”. A recessão e a elevação do desemprego do início e do fim desse período assumiram uma dimensão até então desconhecida, atingindo diversos setores socioeconômicos, contribuindo assim para o aumento da pobreza.

De modo sintético, pode-se dizer que de cada 100 empregos assalariados gerados entre 1980 e 1991, cerca de 99 foram sem registros e apenas 1 tinha registro. (...) Das ocupações não assalariadas, a de empregador e de conta própria foram as que mais cresceram entre os anos de 1980 e 1991. (CARDOSO JR; POCHMANN, 2000, p. 12).

A partir dos anos 1990 iniciou-se o processo de constituição do Neoliberalismo¹ no Brasil, cujo objetivo era promover a entrada de capitais internacionais, que tinha por finalidade o financiamento dos investimentos nacionais, pois no período citado havia carência de poupança interna.

Por fim, as décadas finais do século XX refletiram a fragilidade das bases de sustentação do processo de crescimento econômico brasileiro e das suas limitações para superação da pobreza. Apesar de todas as mudanças econômicas que ocorreram durante esse processo, não foi possível alterar as relações sociais estruturantes.

Como afirma Furtado:

A experiência nos ensinou amplamente que, se não se atacam de frente os problemas fundamentais, o esforço de acumulação tende a reproduzir, agravado, o mau-desenvolvimento. Em contrapartida, se conseguirmos

¹ O Neoliberalismo defende que o Estado não deve intervir na economia do País e ainda acrescenta, a saúde e a educação devem ser privatizadas, pois o Estado não tem condições financeiras de conceder serviços de qualidade. Dessa forma o Estado deve ser apenas o regulador, concedendo apenas o mínimo para o social e o máximo de vantagens ao mercado.

satisfazer essa condição básica que é a reconquista do direito de ter uma política de desenvolvimento, terá chegado a hora da verdade para todos nós.

Duas frentes seriam, no meu entender, capazes de suscitar uma autêntica mudança qualitativa no desenvolvimento do país: a reforma agrária e uma industrialização que facilite o acesso às tecnologias de vanguarda.

O desenvolvimento não é apenas um processo de acumulação e de aumento de produtividade macroeconômica, mas principalmente o caminho de acesso a formas sociais mais aptas a estimular a criatividade humana e responder às aspirações da coletividade. (FURTADO, 2004, p. 485).

Nos anos iniciais do século XXI o Brasil avançou economicamente de maneira significativa, passando de uma economia recessiva para uma economia dinâmica, ficando em destaque dentre os países emergentes do mundo. Além do mais, o crescimento econômico brasileiro promoveu a inclusão social, fazendo com que se reduzissem a pobreza no país. Dessa forma, atualmente o Brasil exibe uma das suas melhores fases, numa concepção socioeconômica, embora com vários desafios para o futuro e com grandes perspectivas de superá-los.

Como podemos observar, no período de 2003 a 2010, o PIB do Brasil obteve resultado positivo com uma média de 4%, embora em 2008 e 2009 ocorresse interrupção do crescimento, resultante da crise financeira internacional. O crescimento do PIB se deve principalmente ao crescimento da demanda e a condição externa favorável.

Gráfico 1 - Crescimento do PIB no Brasil (% a.a)



Fonte: BRASIL, 2010

Atualmente, o Brasil é um dos países que mais gera emprego no mundo, numa ocasião em que diversos países encaram inúmeras dificuldades de desocupação. Segundo o Ministério do

Trabalho e Emprego, em todas as regiões do país houve aumento do número de empregos formais, especialmente nas indústrias da construção civil e de transformação. Nota-se, segundo o Gráfico 2, que o nível de desemprego teve uma trajetória descendente durante todo o período de análise.

Em maio de 2007, a taxa de desemprego foi de 10,1%, passando para 5,3% no final de 2010. Resumidamente, destacam-se algumas importantes transições socioeconômicas, que impactaram diretamente na queda da taxa de desemprego, como a estabilidade inflacionária e as inovações tecnológicas que favoreceram a criação de novos postos de trabalho.

Gráfico 2 – Evolução da taxa de desemprego (% PEA)



Fonte: BRASIL, 2010

Apesar de o crescimento econômico ser importante para o país é necessário que tal crescimento seja acompanhado de política social, para que possa promover uma melhoria da qualidade de vida da população como um todo, evitando o agravamento da pobreza. Por isso, que as ações políticas governamentais devem focalizar o desenvolvimento socioeconômico, embora, o Brasil venha nos últimos anos tomando algumas medidas nesse sentido, apesar de faltar muito, para que a população atinja de fato um estado de bem estar social.

3.1.2 Pobreza e a relação entre inflação, renda, juro e crédito

Existe uma relação direta entre pobreza e as variáveis econômicas, como inflação, renda, juro e crédito. A inflação tem um efeito perverso, principalmente em países pobres porque acentua

a injustiça social. A queda da renda contribui para a redução do consumo e o aumento dos níveis de inadimplência no mercado de crédito, ou seja, acentua o processo de endividamento das famílias. E com relação à taxa de juro, quando a mesma se eleva encarece o crédito que, por sua vez, reduz o consumo, conquanto a redução do consumo tende a estabilização de preços e por sua vez contribui para o controle inflacionário.

Quando o Brasil alcançou a estabilidade de preços, na década de 1990 com a implantação do Plano Real, colaborou para a melhoria do poder aquisitivo da população, isso favoreceu principalmente a de baixa renda, porque o barateamento da cesta básica e a valorização do salário mínimo colaborou para a redução da pobreza. Embora no Brasil, a estabilidade de preços tenha sido obtido, em sua maioria, através das altas taxas de juros, o lado negativo disto é que juros altos contribuíram para a canalização da renda em direção à população rica e altos índices de inflação migraram ainda mais a renda para essa população, e por sua vez estendendo a pobreza do país.

Para manter a inflação sobre controle, em junho de 1999 o Brasil adotou o regime de metas de inflação, dando ao Banco Central do Brasil toda a responsabilidade e autonomia operacional para conduzir a política monetária de forma a alcançar a meta de inflação definida pelo governo. Dessa forma a adoção do regime de meta permite que os agentes econômicos passem a ter uma referência da inflação futura de modo que o processo de formação de preços no presente se balize por essa perspectiva de inflação. Assim, à medida que o Banco Central ganha credibilidade e transparência para conseguir seu objetivo, maior se torna a sua capacidade em trazer as expectativas de inflação dos agentes ao encontro da meta.

O mundo vive um momento de instabilidade monetária, impulsionado pela inflação dos preços dos produtos básicos e pela crise do Norte da África, Oriente Médio e Europa. O preço das commodities têm-se acelerado, sobretudo devido aos problemas climáticos, aos aumentos nos custos de produção e à maior demanda mundial. Ainda assim, a inflação subiu proporcionalmente menos no Brasil do que na maioria dos outros países, mantendo-se dentro dos limites das metas estabelecidas para 2010.

O Gráfico 3 mostra que desde 2000 a maior alta da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) foi em 2002 com 12,5%, embora a partir de 2005 a

inflação se sustentou dentro das bandas do regime de metas da inflação, ou seja, 4,5% com intervalo de tolerância de $\pm 2,5\%$.

Gráfico 3 – Inflação IPCA (% a.a.)

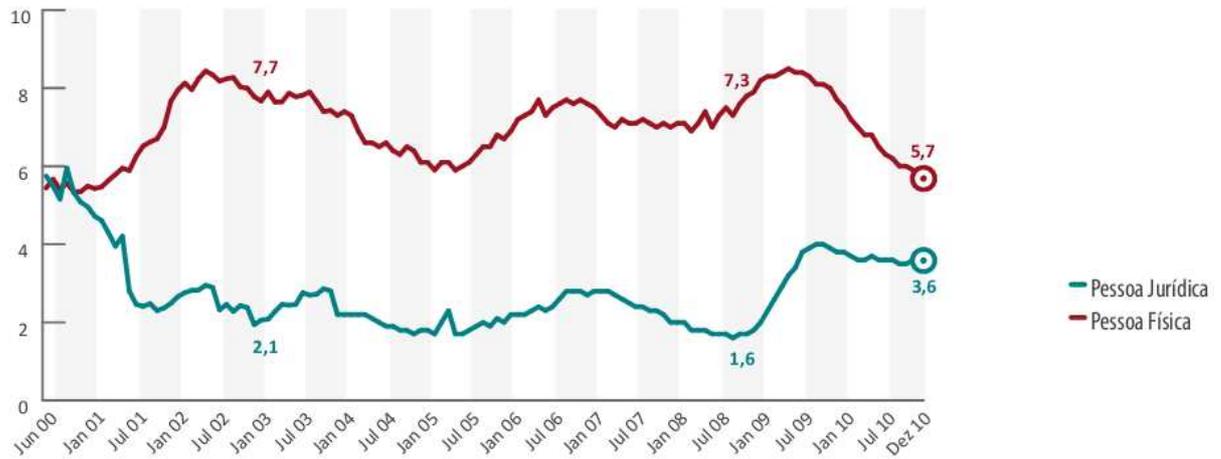


Fonte: BRASIL, 2010

A concessão de crédito é um dos mecanismos que contribui para a redução da pobreza. As instituições financeiras tentam suprir as necessidades dos pobres através do acesso ao microcrédito, que, por extensão, promove o segmento microempresarial. Porém, o Sistema Financeiro Nacional (SFN) privilegia as camadas mais abastadas da população no que diz respeito à concessão de empréstimos, em virtude da burocracia, pois são exigidas garantias, a exemplo do comprovante de renda, que exclui muitos indivíduos pobres que trabalham na informalidade, pois estes não têm condições de atender aos requisitos exigidos.

Os níveis de inadimplência dos brasileiros têm reduzido de maneira significativa. Isso se deve ao dinamismo da economia, a queda das taxas de desemprego e o aumento da renda. A expansão no crédito para pessoas físicas em carteiras de menor risco e a exigência de garantias, tais como o empréstimo consignado e o financiamento imobiliário também contribuíram significadamente para a redução da inadimplência no Brasil.

Gráfico 4 – Taxas de inadimplência (% total)



Fonte: BRASIL, 2010

Também é importante analisar a evolução do salário mínimo porque ele proporcionou impacto positivo na renda geral dos brasileiros. De 2002 a 2010 podemos observar no Gráfico 4 que o salário mínimo teve um aumento de 57,3%, isso mostra que o crescimento econômico dos últimos anos impactou de maneira positiva na renda *per capita* da população brasileira.

Gráfico 5 - Evolução do salário mínimo (R\$, média anual, a preço de dezembro de 2010)



Fonte: BRASIL, 2010

A modificação do papel do Estado brasileiro foi fundamental para o fortalecimento socioeconômico do país, pois produziu os incentivos necessários para reduzir a inflação, o juro e aumentar a renda, a exemplo da concessão de crédito que serve para suprir as necessidades do setor produtivo e como consequência contribui de maneira sustentável para a redução da pobreza.

3.1.3 Movimentos sociais

A organização da sociedade em movimentos sociais é própria da sua estrutura de poder. Os movimentos sociais tendem a se proteger da predominância do poder vigente numa sociedade. O mais grave sintoma de nosso atraso civilizatório é a existência da pobreza como um fenômeno coletivo.

Segundo o IBGE (2010), o Brasil possui 190.755.799 habitantes, dos quais 16,27 milhões de pessoas vivem em situação de extrema pobreza, ou seja, sobrevivem com renda mensal *per capita* equivalente a, no máximo a R\$ 70. Isso significa que não apenas o modelo de socialismo europeu fracassou, mas também o próprio capitalismo, já que suas riquezas e avanços tecnocientíficos só beneficiam uma parcela mínima da sociedade.

No mundo atual existem apenas quatro causas de morte precoce: doenças (câncer, AIDS, etc.); acidentes (de trânsito e de trabalho); violência (homicídios, suicídios, terrorismo e guerra); e a fome. Esta última é a que causa mais vítimas e, no entanto, a que provoca menos mobilização da sociedade para que seja erradicada.

Ressalte-se que as grandes mudanças políticas ocorridas no Brasil não resultaram da ação política organizada de classes e segmentos sociais contrários às classes dominantes. A Independência em 1822, a Proclamação da República em 1889 e a Revolução de 1930, quando a burguesia industrial assumiu o poder no Brasil, foram eventos políticos em que as classes dominantes procuraram conciliar seus interesses à margem do conjunto da população.

A precarização das relações de trabalho, a favelização das cidades e a violência urbana que se registra na era contemporânea no Brasil refletem a incapacidade dos movimentos sociais de exigir das classes dominantes e do governo nos níveis federal, estadual e municipal concessões que se traduzam na adoção de políticas econômicas geradoras de emprego e renda e compensatórias do ponto de vista social ou na implantação do Estado de bem estar social, como ocorreu nos países da Europa Ocidental. (ALCOFORADO, 2003, p. 160).

Não há que esperar, entretanto, que o combate à fome e à pobreza dependa apenas do poder público. É papel dos movimentos sociais assumirem esta tarefa, sem deixar de pressionar o Estado. A maioria dos direitos civis conquistados não partiu do poder público, e sim das lutas dos movimentos sociais, como comprovam o fim do Apartheid na África do Sul e a emancipação das mulheres em muitos países. Porém, devemos levar em consideração que os

viventes em situação de extrema pobreza são destituídos do mínimo de condições para se organizarem em movimentos sociais, pois, interessa-lhes apenas o alimento diário.

3.1.4 População rural e urbana

O Brasil tornou-se um país urbano somente a partir da década de 1950, devido a intensificação do processo de industrialização, no qual as unidades fabris eram instaladas em locais onde haviam infraestrutura, oferta de mão de obra e mercado consumidor. No momento que os investimentos no setor cafeeiro deixavam de ser rentáveis, além das dificuldades de importação ocasionadas pelas Guerras Mundiais, passou-se a empregar mais investimentos no setor industrial.

Tabela 1 – População residente e participação relativa, por situação do domicílio – Brasil – 1950/2010

Data	População residente			Participação relativa (%)		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
1º.07.1950	51 944 397	18 782 891	33 161 506	100,0	36,2	63,8
1º.09.1960	70 070 457	31 303 034	38 767 423	100,0	44,7	55,3
1º.09.1970	93 139 037	52 084 984	41 054 053	100,0	55,9	44,1
1º.09.1980	119 002 706	80 436 409	38 566 297	100,0	67,6	32,4
1º.09.1991	146 825 475	110 990 990	35 834 485	100,0	75,6	24,4
1º.08.2000	169 799 170	137 953 959	31 845 211	100,0	81,2	18,8
1º.08.2010	190 755 799	160 925 792	29 830 007	100,0	84,4	15,6

Fonte: IBGE, 2010

Como podemos perceber segundo a análise da Tabela 1 a população rural brasileira superava a população urbana nas décadas de 1950 e 1960. Só a partir da década de 1970 é que o número de habitantes residentes no Brasil nas áreas urbanas ultrapassou o número de habitantes das áreas rurais. No ano de 2010 esses dados nos revela que 84,4% da população brasileira vivem na área urbana, ou seja, o Brasil é majoritariamente urbano, enquanto que a população rural representa apenas 15,6% da população brasileira.

O processo de urbanização brasileiro apoiou-se fundamentalmente no êxodo rural. A migração rural-urbana tem várias causas, sendo as principais a perda de trabalho no setor

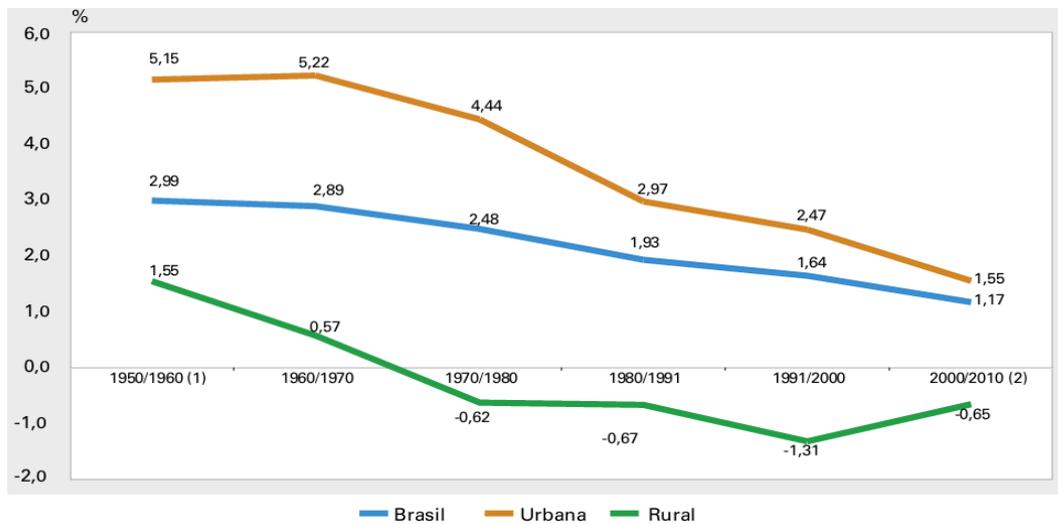
agropecuário, em consequência da modernização técnica do trabalho rural e a estrutura fundiária concentradora, resultando numa carência de terras para a maioria dos trabalhadores rurais. A falta de alterações estruturais no setor fundiário não conseguiu a descentralização das terras que estavam em poder da minoria, impedindo, o acesso a terra a maioria da população, por conseguinte, provocou o aumento da desigualdade patrimonial, colaborando para a elevação e tenacidade da pobreza no Brasil (DELGADO, 2003).

Cabe observar que a excessiva concentração da propriedade da terra no Brasil é resultado da herança colonial e escravista, que ainda no Século XXI prevalece traços visíveis e vergonhosos da presença do regime das capitânicas hereditárias e das sesmarias, raiz da colonização portuguesa e da nossa cultura econômica e política, responsável pela pobreza e miséria do povo brasileiro, pelas desigualdades sociais e raciais, pela violência rural e urbana e pela construção de um Estado centralizador e favorecedor dos privilégios das classes dominantes (ALCOFORADO, 2003).

A urbanização desordenada causou uma série de problemas sociais, dentre eles destacam-se o desemprego, a criminalidade, a favelização e a poluição, por fim contribuiu para o aumento da pobreza. Isso ocorreu porque as cidades não estão preparadas para atender às necessidades básicas dos migrantes.

Com relação a taxa média geométrica de crescimento anual da população residente no Brasil, por situação do domicílio podemos observar no Gráfico 6 que a população cresceu a um ritmo desacelerado. Na década de 1950/1960 crescia a um nível de 2,99, em 2000/2010 cresceu 1,17%. O decréscimo é mais expressivo quando se trata da população rural na década de 1950/1960 (1,55%), enquanto que no período de 2000/2010 teve um crescimento de 0,65%, acarretando uma diminuição ainda maior da população rural.

Gráfico 6 – Taxa média geométrica de crescimento anual da população residente, por situação do domicílio – Brasil – 1950/2010



Fonte: IBGE, 2010

No que se refere a taxa média geométrica de crescimento da população das regiões do país podemos verificar que o ritmo de crescimento não difere do nacional. No período de 1991/2000 o destaque deve-se a Região Nordeste, por apresentar a menor taxa de crescimento da população (1,31%), consequência dos movimentos migratórios para as regiões Sudeste e Sul, que possuem maior grau de urbanização e dinamismo econômico. No período de 2000/2010 a menor taxa média geométrica de crescimento anual encontra-se na Região Sul, 0,87% ao ano.

Tabela 2 - Taxa média geométrica de crescimento anual da população residente, por situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões – 1950/2010

Grandes Regiões	Taxa média geométrica de crescimento anual da população residente (%)					
	Total		Urbana		Rural	
	1991/2000	2000/2010 (1)	1991/2000	2000/2010 (1)	1991/2000	2000/2010 (1)
Brasil	1,64	1,17	2,47	1,55	(-) 1,31	(-) 0,65
Norte	2,86	2,09	4,82	2,61	(-) 0,62	0,78
Nordeste	1,31	1,07	2,80	1,65	(-) 1,38	(-) 0,35
Sudeste	1,62	1,05	1,94	1,31	(-) 1,01	(-) 1,89
Sul	1,43	0,87	2,43	1,36	(-) 1,99	(-) 1,47
Centro-Oeste	2,39	1,91	3,14	2,15	(-) 1,49	0,20

Fonte: IBGE, 2010

No que se refere a população rural e urbana brasileira podemos concluir que as migrações da população rural para os grandes centros urbanos tem contribuído substantivamente para o

aquecimento da pobreza. Mas, essas migrações ocorrem por vários fatores, principalmente pela falta de políticas agrícolas direcionadas às pequenas propriedades rurais com baixa produtividade, particularmente nas regiões áridas e semiáridas do Nordeste brasileiro. Sendo que estas políticas deveriam ser consideradas basicamente como parte da estratégia de redução da pobreza evitando a transferência de endereço da mesma, ou seja, com as migrações a pobreza rural apenas se transforma em pobreza urbana.

3.2 MAPA DA POBREZA NO BRASIL

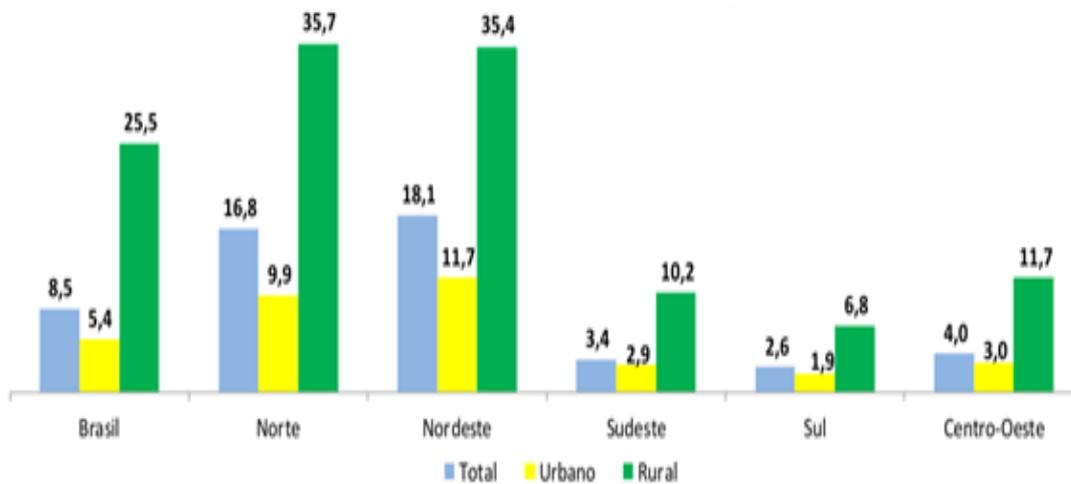
Esta seção tem por objetivo desenhar a pobreza no Brasil contemporâneo na abordagem unidimensional, ou seja, destaca a renda como único indicador de mensuração. O referencial de pobreza extrema adotado pelos órgãos oficiais do Brasil é baseado na renda *per capita* mensal das famílias, ou seja, é considerado extremamente pobre o indivíduo que possui renda *per capita* familiar igual ou inferior a 70 Reais, enquanto que a pobreza absoluta refere-se a faixa da população que possui rendimento de até meio salário mínimo mensal.

3.2.1 Pobreza extrema

De acordo com o IBGE (2010), o percentual de pessoas que vivem em extrema pobreza no Brasil por situação domiciliar é igual a 8,5% do total da população brasileira. As regiões que apresentaram a maior incidência de pobreza extrema por situação de domicílio foram Nordeste e Norte, com um percentual de 18,1% e 16,8% respectivamente. Esses índices podem ser justificados por se tratar das regiões do país menos desenvolvidas, por conta dos baixos investimentos socioeconômicos e por estarem sujeitas aos ímpetus pluviométricos irregulares, que podem transitar entre a seca profunda e as inundações. O menor índice de pobreza extrema está localizado na Região Sul com 2,6% da sua população, por se tratar de uma região com maior dinamismo econômico.

A área rural brasileira é a que mais sofre com a pobreza, apresentando um total de 25,5% da população. A Região Norte rural tem o pior índice de pobreza extrema por situação do domicílio, com percentual igual a 35,7% e o Nordeste rural tem o segundo pior índice com 35,4%.

Gráfico 7 - Incidência da população em extrema pobreza por situação do domicílio segundo Grandes Regiões – 2010 (em %)



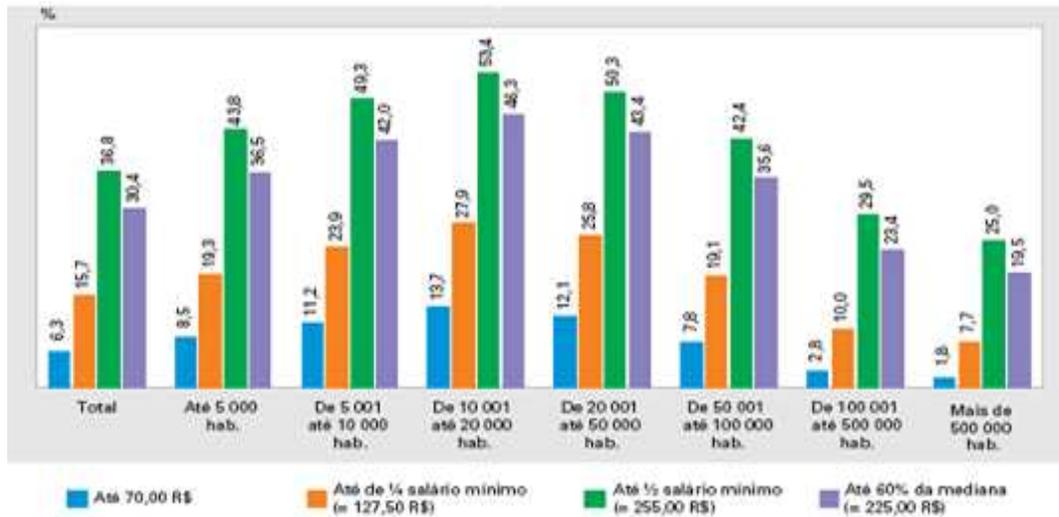
Fonte: IBGE, 2010

A incidência da pobreza é maior na área rural segundo Araújo, Morais e Cruz (2012) pelo motivo de que na área rural ainda possui muitas carências de necessidades básicas. Assim ao se mensurar a pobreza unicamente pela renda com o fator determinante de ser pobre ou não, sem levar em consideração outras variáveis, encontram-se proporções de pobres, intensidades e severidades da pobreza não realistas.

É fato que a população rural brasileira tem acesso limitado à infraestrutura e aos serviços públicos básicos, mas por outro lado essa população pratica agricultura de subsistência e essa produção não é convertida em renda, porém tem impacto significativo na qualidade de vida da população, que não pode ser mensurado. Então, analisar a pobreza rural apenas do ponto de vista unidimensional o resultado da informação pode não condizer com a realidade.

Uma grande surpresa do Censo 2010 foi ter evidenciado que a incidência da pobreza é maior nos municípios com população de 10 a 50 mil habitantes. A proporção média brasileira de pessoas que vivem em extrema pobreza era de 6,3%, nos municípios com 10 a 20 mil habitantes. Em geral, metade da população desses municípios vive com até meio salário mínimo *per capita*. Nos municípios com população superior a 500 000 habitantes, menos de 1,8% vivia com até R\$ 70,00 *per capita* e 25% vivia com até meio salário mínimo.

Gráfico 8 - Proporção de pessoas por classes selecionadas de rendimento domiciliar *per capita*, segundo as classes de tamanho da população dos municípios - Brasil – 2010



Fonte: IBGE, 2010

O Brasil possui 5.560 municípios, sendo sua maioria de pequeno porte, ou seja, com população de até 20 mil habitantes. A pobreza nesses municípios é explicada normalmente pela estrutura institucional e administrativa deficiente e pela falta de capital e investimento para alavancar o processo de desenvolvimento. Geralmente esses municípios não investem em ações de planejamento de médio e de longo prazo. As ações dos governos municipais de forma geral são limitadas à resolução de problemas específicos dos municípios.

Com base nos elementos da Tabela 3, constata-se que no Brasil existe uma distribuição homogênea entre homens e mulheres que vivem em situação de extrema pobreza, com ligeira superioridade da população feminina, ou seja, 50,5% são mulheres e 49,5% são homens, divergindo do estudo realizado pela CEPAL em 2005.

Na perspectiva cepalina, pobreza e exclusão são fenômenos que atingem de forma diferenciada os sexos. Para as mulheres esta realidade de carências é mais aguda, uma vez que elas realizam uma gama enorme de atividades não remuneradas, seja no âmbito mercantil, seja no seio da família, pela dedicação às atividades do lar que as fazem ser majoritariamente dependentes da provisão masculina para o sustento de suas famílias. (MELO, 2005, p. 14).

Tabela 3 – Distribuição da população em extrema pobreza por sexo, segundo Grandes Regiões e situação do domicílio

Situação do domicílio	Brasil e Grandes Regiões	Total	Sexo	
			Homens	Mulheres
Total	Brasil	100,0	49,5	50,5
	Norte	100,0	51,0	49,0
	Nordeste	100,0	49,8	50,2
	Sudeste	100,0	47,2	52,8
	Sul	100,0	48,7	51,3
	Centro-Oeste	100,0	49,0	51,0
Urbano	Brasil	100,0	47,4	52,6
	Norte	100,0	48,5	51,5
	Nordeste	100,0	47,8	52,2
	Sudeste	100,0	46,0	54,0
	Sul	100,0	46,5	53,5
	Centro-Oeste	100,0	46,9	53,1
Rural	Brasil	100,0	51,9	48,1
	Norte	100,0	52,9	47,1
	Nordeste	100,0	51,5	48,5
	Sudeste	100,0	51,7	48,3
	Sul	100,0	52,2	47,8
	Centro-Oeste	100,0	53,1	46,9

Fonte: IBGE, 2010

A homogeneidade da pobreza entre homens e mulheres tem origem no índice de mortalidade masculina que é superior à feminina ao longo de toda a vida, embora nasçam mais crianças do sexo masculino do que do feminino. A população masculina é superior na área rural, esse comportamento demográfico é fruto de um caráter historicamente visto em todo o Brasil. Os dados sobre distribuição espacial da população no Brasil revela que a zona rural retém mais homens que mulheres devido ao tipo de atividade desenvolvida.

Ainda com base na Tabela 3, pode-se inferir que embora haja uma homogeneidade da pobreza entre homens e mulheres no Brasil, na Região Sudeste e no Sul não acontece o mesmo, pois, a maioria da população que vive em extrema pobreza é composta por mulheres. Na Região Sudeste o percentual de mulheres é de 52,8% contra os homens de 47,2% e na Região Sul as mulheres são equivalentes a 51,3%, enquanto os homens são 48,7%.

As informações da população em extrema pobreza contradizem o senso comum em relação à questão de cor ou raça. O Censo 2010 mostra que a grande maioria dos pobres é de cor parda, ou seja, 61,8% da população, enquanto o senso comum defende que a maioria dos pobres é de cor preta, possuindo apenas 9,0% do total da população brasileira.

Entretanto, o que chama a atenção é a presença de indígenas, apesar de representarem, comparativamente, uma pequena parcela da população brasileira, convém destacar sua presença, com altos índices de extrema pobreza, principalmente na Região Centro-Oeste, com 27,8% da população residentes em áreas rurais. Isso se deve ao fato de que a maioria das famílias é chefiada por mulheres, pois seus maridos migraram para outras regiões em busca de emprego, logo essas mulheres se tornaram as únicas responsáveis pela lavoura e pelo sustento dos filhos.

Tabela 4 – Distribuição da população em extrema pobreza por cor ou raça segundo Grandes Regiões situação do domicílio

Situação do domicílio	Brasil e Grandes Regiões	Total	Cor ou raça				
			Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena
Total	Brasil	100,0	26,1	9,0	1,1	61,8	2,0
	Norte	100,0	15,6	6,6	0,9	70,4	6,5
	Nordeste	100,0	23,0	9,3	1,2	65,8	0,7
	Sudeste	100,0	37,5	10,7	1,1	50,2	0,4
	Sul	100,0	62,0	6,9	0,8	27,7	2,6
	Centro-Oeste	100,0	28,5	7,6	1,3	52,9	9,7
Urbano	Brasil	100,0	29,1	10,1	1,2	59,1	0,5
	Norte	100,0	18,8	7,2	1,0	71,8	1,3
	Nordeste	100,0	23,9	10,5	1,2	64,0	0,4
	Sudeste	100,0	38,9	11,4	1,2	48,3	0,2
	Sul	100,0	61,2	8,4	0,8	29,0	0,6
	Centro-Oeste	100,0	32,0	8,4	1,5	57,3	0,7
Rural	Brasil	100,0	22,7	7,6	1,0	64,9	3,8
	Norte	100,0	13,1	6,1	0,8	69,4	10,6
	Nordeste	100,0	22,2	8,2	1,1	67,4	1,0
	Sudeste	100,0	32,5	8,3	0,8	57,1	1,2
	Sul	100,0	63,2	4,5	0,9	25,6	5,8
	Centro-Oeste	100,0	21,4	6,1	0,8	43,9	27,8

Fonte: IBGE, 2010

Com relação à faixa etária, destaca-se que entre os extremamente pobres, cerca da metade se encontra com idade até 19 anos, ou seja, 50,9%. Esse fato está relacionado à criança e ao adolescente que crescem em famílias pobres, tendo mais chance de chegar à vida adulta com as mesmas dificuldades de suas famílias, dando continuidade ao ciclo da pobreza.

Outra explicação é o número elevado de crianças e adolescentes que moram na rua e que se tornam chefes de família de forma precoce. Com isso deixa de estudar, de se qualificar, ficando a margem da sociedade. Essas informações apontam para a necessidade urgente de políticas públicas sociais voltadas para a população mais jovem.

Tabela 5 – Distribuição da população em extrema pobreza por faixa etária segundo Grandes Regiões e situação do domicílio

Situação do domicílio	Brasil e Grandes Regiões	Total	Faixa etária						
			0 a 4 anos	5 a 14 anos	15 a 17 anos	18 ou 19 anos	20 a 39 anos	40 a 59 anos	60 anos ou mais
Total	Brasil	100,0	12,0	27,9	7,2	3,7	27,6	16,5	5,1
	Norte	100,0	14,6	30,2	7,3	4,0	27,7	13,2	3,0
	Nordeste	100,0	11,9	28,0	7,5	3,9	29,0	16,7	2,9
	Sudeste	100,0	10,3	25,8	6,4	3,0	24,1	17,6	12,8
	Sul	100,0	10,5	26,9	6,8	3,0	23,3	19,9	9,6
	Centro-Oeste	100,0	11,4	25,9	6,3	3,1	25,9	18,7	8,7
Urbano	Brasil	100,0	11,8	27,2	7,0	3,6	27,1	16,1	7,2
	Norte	100,0	13,8	29,4	7,5	4,1	28,2	13,1	3,8
	Nordeste	100,0	12,0	27,7	7,4	3,9	29,0	16,3	3,7
	Sudeste	100,0	10,4	25,4	6,1	2,9	23,6	16,6	15,0
	Sul	100,0	11,0	27,0	6,5	2,9	22,4	17,8	12,4
	Centro-Oeste	100,0	11,1	25,5	6,3	3,0	26,1	18,0	10,1
Rural	Brasil	100,0	12,3	28,6	7,4	3,9	28,3	16,9	2,6
	Norte	100,0	15,2	30,9	7,2	3,9	27,3	13,2	2,4
	Nordeste	100,0	11,8	28,3	7,6	4,0	29,1	17,1	2,1
	Sudeste	100,0	10,1	27,2	7,3	3,4	25,9	21,0	5,0
	Sul	100,0	9,7	26,7	7,2	3,0	24,8	23,4	5,2
	Centro-Oeste	100,0	12,2	26,7	6,5	3,2	25,4	20,2	5,8

Fonte: IBGE, 2010

Para concluir a respeito da população em extrema pobreza por faixa etária segundo Grandes Regiões e situação do domicílio percebe-se que a pobreza extrema está concentrada na zona rural, apesar de a maior parte dos brasileiros mais vulneráveis socialmente residir nas cidades. Observa-se que há uma exceção com relação aos idosos com 60 anos ou mais, que no Brasil urbano possui 7,2%, enquanto que no Brasil rural apresenta 2,6%. E para surpresa os menores índices de idosos estão no Nordeste do Brasil (2,9%), principalmente no Nordeste rural (2,1%).

3.2.2 Pobreza absoluta

A pobreza absoluta refere-se a faixa da população que possui rendimento de até meio salário mínimo mensal. O Gráfico 8 mostra que de acordo com o Censo 2010, com relação a distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, o Brasil possui um índice de pobreza absoluta equivalente a 6,3% da população brasileira, sendo que a Região Nordeste possui o maior percentual, isto é, 13,1%, seguida da Região Norte com 9,0%.

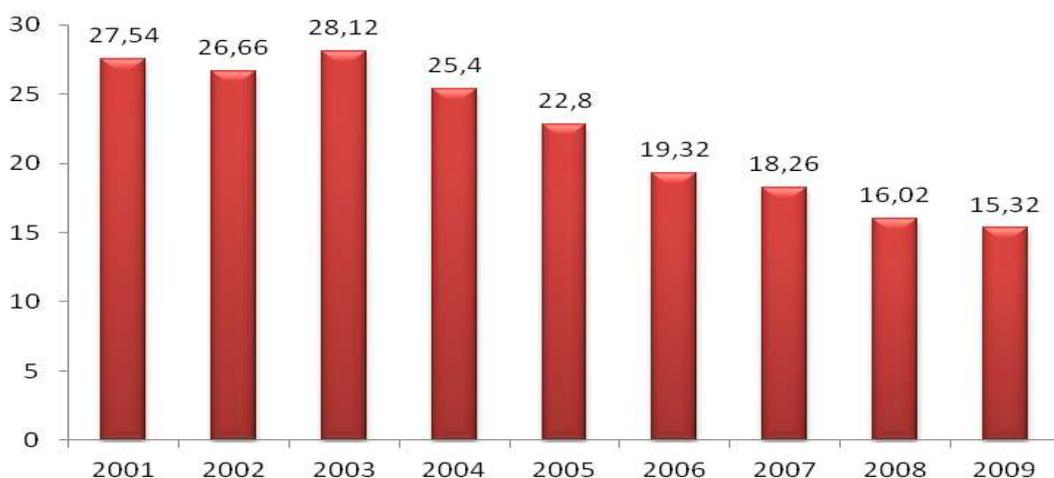
Tabela 6 – Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por Grandes regiões, segundo as classes de rendimento nominal mensal – 2010

Classes de rendimento nominal mensal (salário mínimo) (1)	Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total (2)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sem rendimento (3)	37,1	45,4	42,3	35,1	29,9	34,8
Até 1/2	6,3	9,0	13,1	3,0	3,5	3,9
Mais de 1/2 a 1	21,1	22,0	26,4	18,4	18,8	21,2
Mais de 1 a 2	18,9	13,2	10,3	22,6	25,9	20,6
Mais de 2 a 3	6,3	3,9	2,8	7,9	9,0	6,8
Mais de 3 a 5	5,0	3,2	2,4	6,4	6,8	5,4
Mais de 5 a 10	3,6	2,3	1,8	4,5	4,4	4,7
Mais de 10 a 20	1,2	0,6	0,6	1,6	1,3	1,8
Mais de 20	0,4	0,2	0,2	0,6	0,4	0,8

Fonte: IBGE, 2010

Dados do Centro de Políticas Sociais (CPS) da FGV mostram que a pobreza no Brasil reduziu de maneira significativa de 27,54% em 2001 para 15,32% em 2009, refletindo uma variação de 12,22%. Porém, em 2003 houve aumento da pobreza passando para 28,12%, enquanto que no ano anterior registrava um índice de 26,66%, isso se deu principalmente em decorrência da crise do mercado de trabalho nos centros urbanos.

Gráfico 9 - Variação da pobreza no Brasil de 2003 a 2009 (em %)

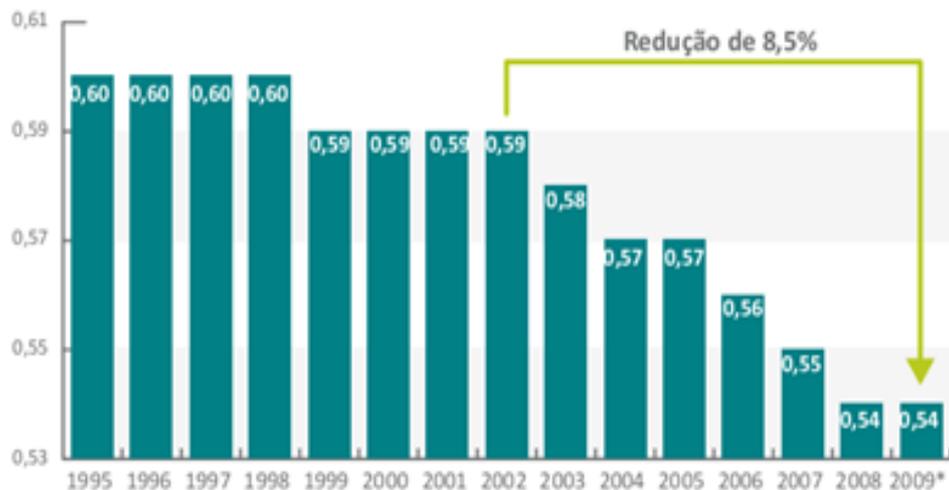


Fonte: Elaboração própria, 2012 com base em CPS/FGV, 2010.

A desigualdade de renda vem diminuindo no Brasil nos últimos anos, de acordo com a redução do Coeficiente de Gini, como mostra o Gráfico 10. O Coeficiente de Gini serve para

medir a desigualdade de rendimento e riqueza. Ele consiste em um número entre 0 e 1, quanto mais o índice de um país se aproxima do número 1, mais desigual é a distribuição de renda e riqueza, e quanto mais próximo de 0, mais igualitário é este país (MACHADO, 2006). O nosso Gini em 2003 era 0,58 reduzindo para 0,54 em 2009, ou seja, apesar de haver uma redução está ainda mais próximo do máximo do que do mínimo da desigualdade.

Gráfico 10 - Coeficiente de Gini



Fonte: BRASIL, 2010

A redução da desigualdade de renda no Brasil, segundo o Coeficiente de Gini, se deve a um conjunto de indicadores como, por exemplo, os estímulos do Estado nos investimentos para a geração de emprego, a valorização do salário mínimo e a ampliação do Programa Bolsa Família, permitindo o aumento da renda das pessoas.

Nesse capítulo analisou-se a pobreza no Brasil na década de 2000, a partir da abordagem unidimensional. Constatou-se que no período estudado houve uma diminuição da pobreza em no Brasil devido ao crescimento na renda das pessoas. Porém, a mensuração da pobreza pela ótica exclusivista da renda não permite desenhar o mapa da pobreza de maneira completa, pois existe um conjunto de necessidades básicas que interfere diretamente no Bem estar social das pessoas, como educação, saúde, moradia, coleta de lixo, saneamento básico, segurança e mercado de trabalho. Elementos que precisam ser inseridos na mensuração da pobreza para que se tenha um retrato mais próximo da realidade brasileira.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS NO BRASIL E O PBF

O Brasil é caracterizado como um país com grande desigualdade social e econômica. Essa situação pode ser verificada através de indicadores como educação, moradia, saúde e PIB *per capita*. A minimização dessa desigualdade torna-se fundamental para o avanço do país, e, portanto o Estado deve implantar Políticas Públicas Sociais eficientes e eficazes que viabilizem a redução dessas desigualdades.

O presente capítulo faz uma breve descrição teórica sobre Políticas Públicas Sociais no Brasil, analisando o Programa Bolsa Família (PBF), enquanto instrumento de ascensão social das famílias que vivem em situação de pobreza ou de extrema pobreza, pontuando seus impactos positivos e negativos e apresentando sugestões de mecanismos que potencializem os impactos positivos e minimizem os impactos negativos desse programa.

4.1 POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS NO BRASIL

Podem-se definir Políticas Públicas Sociais como a interferência positiva feita pelo Estado nos assuntos sociais para contrabalançar as deformidades decorrentes do processo de evolução do capitalismo, que faz aumentar a pobreza no país.

Os indivíduos residentes em país capitalista em desenvolvimento como o Brasil não possuem igualdade de condições, tendo maior probabilidade de repetir sucessivamente o ciclo da pobreza, ou seja, baixo nível educacional, alimentação inadequada, saúde precária, emprego instável e renda baixa. O Estado, ao adotar Políticas Públicas Sociais, deve buscar mitigar a pobreza, favorecendo às novas gerações a não reprodução deste ciclo.

(...) a melhoria do padrão de vida dos brasileiros é um objetivo desejável que incrementa a coesão social e fortalece o sistema democrático. É também um pré-requisito para o crescimento econômico no longo prazo.

Um projeto de desenvolvimento para o Brasil deve considerar a eliminação da pobreza absoluta (...), a crescente internacionalização da economia e as rápidas transformações tecnológicas que estão modificando o mercado de trabalho. Para alcançar tais metas, a sociedade brasileira precisa levar em conta seriamente a aceleração do processo de reformas agrária e urbana e a introdução de programas de garantia de renda mínima (PGRM) ou uma renda de cidadania.

O PGRM pode ser visto como uma aplicação das palavras de Karl Marx (...). Segundo seus argumentos, em sociedades mais maduras, as pessoas agiriam de forma a tornar possível que nas suas bandeiras pudesse estar inscrito: “De cada um de acordo com sua capacidade, a cada um de acordo com a sua necessidade!”. (SUPLICY; BUARQUE, p. 80, 1997).

O diagnóstico e as políticas recomendadas para o combate à pobreza no Brasil passaram por três fases. Até os anos 30, os problemas de abastecimento estavam associados à questão da oferta de alimentos para a população que crescentemente se dirigia às cidades mais importantes. Desse período até o final dos anos 80, a fome passou a ser encarada como um problema de intermediação e as políticas se voltaram para a regulação de preços e controle da oferta. Finalmente, com o início dos anos 90, os problemas de abastecimento passaram a ser combatidos, supostamente, através da desregulamentação do mercado na expectativa de que o crescimento econômico pudesse proporcionar renda, emancipando as famílias pobres e alcançando a cidadania (BELIK; SILVA; TAKAGI, 2001).

Para Belik, Silva e Takagi (2001), com relação ao combate a pobreza as décadas de 1930 a 1960 foram marcadas pelas intervenções públicas federais no abastecimento de alimentos. A crise dos anos 30 inaugura esse período, pois o governo Vargas implantou intervenções no qual cada autarquia (açúcar e álcool, mate, sal, café, trigo, etc.) deveria zelar pelo equilíbrio dos mercados interno e externo e pelos preços remuneradores aos produtores. É nesse período que agrava o problema da oferta, desestruturando a agricultura cafeeira, sendo esta que contribuía para a oferta de gêneros de primeira necessidade, porém segurava um grande contingente populacional no campo.

Na década de 1940, a questão da fome e da carestia começa a receber uma atenção especial dos governantes por causa dos aspectos referentes às questões de produção, consumo e distribuição ou em virtude de questões particulares ligadas a um país que queria desprender-se do atraso e do subdesenvolvimento e entrar na modernidade. Em 1943, na Conferência de Hot Springs (EUA), lançou as bases para a criação da Food and Agriculture Organization (FAO), das Nações Unidas, e na própria criação da FAO em 1945. Nesse período, o brasileiro Josué de Castro tornava-se conhecido mundialmente com a publicação do seu livro *Geografia da fome*, em 1946 (BELIK; SILVA; TAKAGI, 2001).

Nos anos 50, com a modernização da agricultura e a abertura de novas vias de acesso e novas áreas de produção, o discurso político e a ação governamental voltam-se para a área da

distribuição. Nesse sentido, vale mencionar a criação da Comissão Federal de Abastecimento e Preços (COFAP) em 1951, que mais tarde abriu espaço para a área de fiscalização, ou seja, a Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB), armazenamento - Companhia Brasileira de Armazenagem (CIBRAZÉM), distribuição - Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL) e administração de estoques reguladores - Companhia de Financiamento da Produção (CFP). Todos esses órgãos foram lançados dez anos depois, através das leis delegadas, numa tentativa do governo Goulart de recuperar o atraso existente entre as estruturas de produção e comercialização e deter a especulação. Nesse período também é criado o Entrepasto Terminal de São Paulo, que foi o embrião da Companhia de Entrepastos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP) e das Centrais de Abastecimento que mais tarde vieram a se instalar. (BELIK; SILVA; TAKAGI, 2001).

A partir da década de 60, o poder público chama para si a tarefa de distribuir e fazer chegar até o consumidor os alimentos necessários. A preocupação principal não era combater diretamente o problema da fome, mas sim dar uma resposta à sociedade que exigia preços mais baixos. Em 1968, a partir da proposta inicial do Grupo Executivo de Modernização do Abastecimento (GEMAB) e da COBAL, forma-se diversas redes de centrais de abastecimento e diversas instalações varejistas que visava atender consumidores de baixa renda (Rede Somar). Além dos varejões e sacolões administrados pelos Estados e municípios que surgiram ao longo dos anos 1970 e 1980. O Estado defendia que reunindo em um só lugar oferta e demanda de produtos agrícolas seria possível nivelar preços, comparar padrões e reduzir margens. (BELIK; SILVA; TAKAGI, 2001).

Nas décadas de 1970 e 1980 devido às mudanças na conjuntura econômica do país começa a priorizar a produção agropecuária. O principal fator impulsionador da agricultura no período foi à política de crédito rural subsidiado. O resultado foi rápida expansão da fronteira agrícola, o que demandou, evidentemente, uma rede de estradas e corredores que permitiu escoar a produção agrícola para o mercado. Porém, “em comparação com o enorme apoio recebido pela produção agrícola, foram poucas as ações do Estado em direção a uma política de abastecimento e combate a fome.” (BELIK; SILVA; TAKAGI, 2001, p.122).

Merece destaque na década de 1980 a criação do Programa Nacional do Leite para Crianças Carentes (PNLCC), em 1986 no mandato do Presidente José Sarney, para atender família com renda mensal total até dois salários mínimos e crianças de até sete anos de idade. O programa

não obteve sucesso em sua abrangência e gestão, entretanto, foi a primeira experiência em grande escala de distribuição de cupons de alimentos no Brasil. Os cupons eram distribuídos às famílias carentes previamente cadastradas em entidades de base, na proporção de um litro de leite por criança. Não havia contrapartida por parte dessas famílias, nem controles que pudessem conferir se os cupons estavam mesmo sendo trocados por leite.

É válido lembrar que, a partir do final dos anos 1970, a discussão a respeito das políticas sociais tornou-se intensa no Brasil, pois neste período existia a pretensão de implantar um Estado de bem estar. Os resultados obtidos através desse debate repercutiram fortemente na formulação da Constituição Federal de 1988 e foram responsáveis por importantes avanços na área social, pois a Assistência Social passou a ser considerada como direito Constitucional e o Estado passou a ter mais responsabilidades com a formulação de políticas públicas que atendessem os mínimos sociais.

Nos anos 1990, embora nunca tenha saído da pauta de problemas nacionais, nem de reivindicações dos movimentos sociais, houve uma redução da discussão sobre o problema da fome e da miséria no país desde a mobilização da sociedade em torno da campanha da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, coordenada pelo sociólogo Betinho, que tiveram forte impacto. Como resultado dessa mobilização, foi criado, em maio de 1993, na gestão Itamar Franco, o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), vinculado diretamente à Presidência da República e com a participação de organizações não governamentais ficou sujeito às restrições da área econômica, cuja prioridade de estabilização monetária deixava à margem as políticas sociais.

Alguns dos poucos resultados que podem ser atribuídos à atuação do CONSEA foram à descentralização do Programa Nacional de Alimentação Escolar em direção aos municípios e às próprias escolas; a continuidade do Projeto Social de Distribuição de Alimentos (PRODEA), com a utilização de estoques públicos de alimentos e a prioridade ao Programa de Atendimento ao Desnutrido e à Gestante em Risco Nutricional – Leite é Saúde, que distribuía leite como estratégia de combate à desnutrição materna e infantil.

No início da década de 1990, o presidente Fernando Collor de Melo reestruturou os órgãos e instrumentos de políticas ligados à saúde e nutrição, extinguindo políticas como os programas de suplementação alimentar dirigidos a crianças menores de sete anos, e enfraquecendo

outras, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar, o Programa de Alimentação do Trabalhador e o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN). A única novidade positiva no período foi a iniciativa de utilização de estoques públicos de alimentos para Programas de Alimentação, uma reivindicação antiga de técnicos para reduzir as perdas dos estoques, originando o programa de distribuição de cestas básicas para a população atingida pela seca do Nordeste, em 1990.

Em 1999, foi criado o Programa Comunidade Ativa (PCA), coordenado pela Secretaria Executiva do Programa Comunidade Solidária. O PCA é voltado para as localidades, sendo os municípios escolhidos por terem menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A proposta do programa é a realização de agendas de desenvolvimento a partir de diagnósticos participativos para identificação dos problemas locais. A partir dessas agendas, o governo federal dá prioridade a essas localidades em programas como Redução da Mortalidade Infantil, Agentes Comunitários de Saúde, Saúde da Família e programas de microcrédito.

Com relação às políticas na área de saúde, desde a extinção do INAN, o principal programa federal para combate às carências nutricionais à população de risco foi o fornecimento de leite e óleo de soja. Isso foi feito através do programa Incentivo ao Combate às Carências Nutricionais (ICCN), vinculado à Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), do Ministério da Saúde, juntamente com o fornecimento da multimistura para crianças desnutridas, através da Pastoral da Criança.

A retomada da discussão sobre o combate à fome, no início dos anos 2000 no Brasil, está relacionada a vários fatores, a exemplo do agravamento da situação de pobreza e da vulnerabilidade das famílias no país, especialmente nas grandes cidades, aprofundada pela crise econômica e pelo aumento do desemprego no final da década de 90.

No ano 2001, no governo de Fernando Henrique Cardoso foram criados alguns programas de transferências de renda, objetivando a redução da pobreza, como o Programa Bolsa-Alimentação ligado ao Ministério da Saúde, o Programa Bolsa Escola veiculado ao Ministério da Educação e o Auxílio Gás que era ligado ao Ministério de Minas e Energia.

O Programa Bolsa-Alimentação tinha por objetivo promover as condições de saúde e nutrição de gestantes, mães amamentando seus filhos e crianças de 6 meses a 6 anos e 11 meses de

idade, em risco nutricional, pertencentes a famílias sem renda ou que tivessem renda mensal de até R\$ 90,00 *per capita*, mediante a complementação da renda familiar para a melhoria da alimentação e o fomento à realização de ações básicas de saúde com enfoque preventivo. Cada família do programa tinha direito a receber R\$ 15,00 a R\$ 45,00 por mês, dependendo do número de beneficiários na família.

O Programa Bolsa Escola visava à transferência de recurso para a manutenção das crianças nas escolas. Assim, as crianças não precisariam trabalhar para ajudar os pais, uma vez que recebessem o benefício. Para gozar dos direitos do programa era preciso apresentar frequência na sala de aula de no mínimo 85% e possuir renda inferior a R\$ 90,00.

Segundo Cohn (1995), há uma necessidade de compreender que as Políticas Públicas Sociais que foram aplicadas no Brasil apenas objetivavam amenizar a pobreza de maneira imediata, não possibilitando o crescimento sustentável destes indivíduos. O autor sugere que as Políticas Públicas Sociais devem procurar:

A articulação entre aquelas (ações) de curto prazo, de caráter mais imediatista, focalizada naqueles grupos identificados como os mais despossuídos, e aquelas de longo prazo, de caráter permanente, universalizantes, voltadas para a equidade do acesso dos cidadãos aos direitos sociais, independentemente do nível de renda e da inserção no mercado de trabalho. (COHN, 1995, p.6).

Os programas sociais que foram implantados no país até o período de 2002 deixa claro que o conceito de pobreza é tratado apenas de maneira unidimensional. Contudo, Sen (2000) está convencido de que a segurança dos direitos da pessoa humana é a primeira providência para garantir o desenvolvimento de uma Nação. Com isso é preciso entender a pobreza não apenas como uma condição em que as pessoas se encontram desprovidas de bens materiais. É preciso ficar claro que a pobreza abrange também a questão da privação de capacidades básicas que compromete à dignidade da pessoa humana e sua faculdade de autodeterminação.

4.2 BOLSA FAMÍLIA: UM PROGRAMA DE COMBATE À POBREZA

Esta seção tem como objetivo revisitar a literatura a respeito do Programa Bolsa Família (PBF), o qual concede benefício mensal em dinheiro, com condicionalidades, para as famílias com baixa renda.

O foco do PBF está atrelado ao combate à pobreza e à sua disseminação entre gerações. Programas dessa natureza funcionam através da combinação de transferência de renda de curto prazo, que aumentam a renda imediata das famílias, e de longo prazo que incentivam os investimentos em capital humano, através da inclusão social, com destaque para a educação.

O PBF foi instituído pelo Governo Federal em outubro de 2003, por determinação da Medida Provisória nº 132, posteriormente convertida na Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, e regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004. O PBF integra o Programa Fome Zero, que objetiva assegurar o direito à alimentação adequada e contribuir para a erradicação da extrema pobreza e, conseqüentemente, a conquista da cidadania por essa parcela da população.

O principal requisito para que as famílias se integrem ao PBF é possuir baixa renda: caso a família seja composta apenas por pessoas acima de 18 anos deve possuir renda *per capita* de até R\$ 70,00; se a família for composta por gestantes, lactantes, crianças de 0 a 12 anos e adolescentes até 15 anos, a renda *per capita* terá que variar entre 70,01 reais e 140 reais; e, por fim, se a família tiver na sua composição adolescentes de 16 e 17 anos, sua *renda per capita* deve variar entre zero real e 140 reais. Os valores do PBF variam entre R\$ 32 a R\$ 306, a depender do perfil de renda e do número de crianças e adolescentes de até 17 anos que a família possui.

As condicionalidades exigidas das famílias beneficiárias do PBF são: no caso de gestantes, comparecer às consultas de pré-natal, mediante calendário recomendado pelo Ministério da Saúde e participar das atividades educativas oferecidas pelo mesmo sobre aleitamento materno e alimentação saudável; as crianças de 0 a 6 anos devem manter em dia o cartão de vacinação; crianças e adolescentes de 6 a 15 anos devem ter frequência mínima na escola de 85%; no caso de adolescentes de 16 e 17 anos, garantir a frequência mínima de 75% na escola; e, por fim caso o adulto seja analfabeto, deve participar de programas de alfabetização de adultos.

O PBF está articulado em três vetores no combate à pobreza. Primeiramente, o programa busca um alívio imediato da pobreza que se dá justamente por meio do repasse da renda às famílias. Em segundo, faz valer os direitos sociais nas áreas de saúde e educação, por meio

dos cumprimentos das condicionalidades. Com isso, pretende-se evitar que as famílias não reproduzam a pobreza entre gerações. Por fim, fomenta programas complementares, como o fornecimento de documentos oficiais.

Com base na proposta oficial do PBF, o desenvolvimento deixa de ser analisado apenas como parâmetro dos indicadores de crescimento econômico tradicional, como o aumento da produção de bens, o Produto Nacional Bruto, a industrialização, o avanço tecnológico e o aumento da renda *per capita*. Passa a ser visto como um processo que, além de proporcionar aumentos na produção e renda, terá também que retirar os maiores obstáculos à privação de liberdade, como defende Sen (2000).

4.2.1 Impactos positivos e negativos do Programa Bolsa Família

O PBF é bastante criticado, por gerar impactos negativos na sociedade brasileira. O objetivo dessa subseção é sugerir mecanismos que potencializem os impactos positivos e que minimizem os impactos negativos provocados pelo Programa Bolsa Família (PBF), implantado no Brasil a partir de 2003, com a finalidade de reduzir o número das famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza e gerar um aumento do bem estar social.

4.2.1.1 Impactos positivos do Programa Bolsa Família

Um dos principais impactos positivo do PBF diz respeito à transferência de renda feita pelo Estado para as famílias que vivem em situação de pobreza ou de pobreza extrema, pois essa renda significa a possibilidade imediata de sanar a fome.

Programas de renda mínima, dentre outras vantagens, possuem mecanismos que não interferem nos aspectos alocacionais positivos do mercado, apresentam flexibilidade para acomodar as transformações pelas quais a sociedade brasileira passa e preservam a dignidade humana, já que oferecem condições para a superação das necessidades básicas. (SUPLICY; BUARQUE, 1997, p.84).

Outro efeito positivo do PBF refere-se a melhoria da moradia e o aumento de consumo de bens básicos domésticos, como geladeira, que é um bem de consumo essencial, pois é notório o significativo grau de privação vivenciado pelas famílias pobres. Essa aquisição de itens domésticos foi possível não apenas com aumento da renda gerada pelo recebimento do

benefício, mas, também porque o acesso ao crédito foi facilitado, porque a renda do PBF dá às famílias a possibilidade financeira de cumprir com seus compromissos.

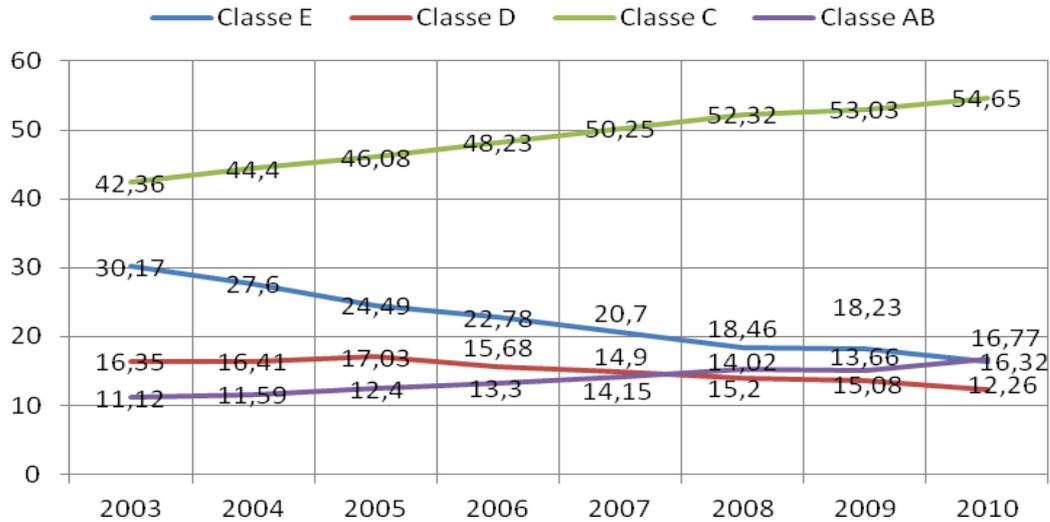
A exigência de condicionalidades, a exemplo da educação e da saúde, traz vantagens para a sociedade por impactar na melhoria do nível educacional dos membros da família beneficiária que estão em idade escolar e, por extensão, cria condições para que a geração futura das famílias pobres tenha mais capital humano do que o de seus pais. Portanto, consiga empregos de melhor qualidade, com melhores salários para sair definitivamente da pobreza.

O PBF também tem impacto positivo de ordem macroeconômica, pois à medida que o Estado gasta no combate a pobreza, tem-se um aumento na renda que eleva também a demanda agregada. As famílias em situação de extrema pobreza não eram consumidoras e passam a sê-las na medida em que recebe o benefício, isso faz com que aumente a demanda por produtos típicos consumidos por famílias de baixa renda. Logo, o mercado passará a ofertar mais desse tipo de produto para poder satisfazer a esse público consumidor. E isso faz com que a renda do país se eleve, porém numa magnitude igual ao montante empregado pelo PBF vezes o multiplicador². Logo, esse programa estimula o crescimento da indústria, do comércio, do PIB, ou seja, impacta no crescimento econômico do país.

O PBF impactou diretamente na evolução das classes econômicas no Brasil. Conforme o Gráfico 11 verifica-se que de 2003 a 2010 as classes AB e C aumentaram, em detrimento das classes D e E. A classe C em 2003 compunha 42,36% da população, em 2010 passou a compor 54,65%. Com relação às classes AB, no ano de 2003 tinha um percentual de 11,12% e em 2010 passou a ter 16,77% da população. As classes D e E representavam em 2003 16,35% e 30,17% da população brasileira, respectivamente, no entanto em 2010 apresentaram um percentual decrescente igual a 12,26% e 16,32%, respectivamente.

² A teoria geral keynesiana afirma que o emprego só pode aumentar consoante ao investimento, caso não ocorra mudanças na propensão a consumir. Keynes estabelece uma relação entre a renda e o investimento, e, de modo simplificado, entre o emprego total e o emprego diretamente vinculado ao investimento, a esta relação Keynes chama de “multiplicador”, o qual, dada a propensão a consumir, estabelece uma ligação entre o fluxo de investimento e os volumes agregados do emprego e da renda.

Gráfico 11 - Evolução das classes econômicas no Brasil de 2003 a 2010



Fonte: Elaboração própria, 2012 com base em CSP/FGV, 2010.

Conforme se averigua no Gráfico 12, entre 2004 e 2010, o número de famílias beneficiadas com o PBF quase duplicou atingindo aproximadamente 13 milhões de famílias. É importante salientar que inicialmente o PBF investiu prioritariamente nos municípios das regiões Norte e Nordeste por apresentar uma maior concentração de famílias pobres. Atualmente, o benefício se estende por todos os municípios do país.

Gráfico 12 – Número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa família – Brasil, 2004 – 2011



Fonte: BRASIL, 2010

Apesar das vantagens geradas pelo PBF, o mesmo carece de um controle mais eficaz no que diz respeito à inclusão dos beneficiários ao programa, pois no país existem muitas famílias em

situação de miséria que não usufruem desse benefício, enquanto outras famílias que gozam de uma situação financeira privilegiada têm acesso. Outro fator que deve ser analisado é com relação ao tempo limite de recebimento do benefício, pois o mesmo deveria ser provisório. O PBF deveria ser um programa de ajuda imediata e não como um benefício permanente.

4.2.1.2 Impactos negativos do Programa Bolsa Família

Discutir a superação da pobreza através do PBF é utópico, porque ser beneficiado com o programa não necessariamente significa sair da pobreza, em muitos casos pode significar simplesmente ter uma renda mínima.

As pessoas só saem da pobreza quando tem acesso a uma educação de qualidade e se inserem no mercado de trabalho, passando a obter um salário digno, ou seja, compatível para suprir as necessidades básicas. A garantia de renda mínima pelo Estado, principalmente em longo prazo, causa apenas dependência do beneficiário ao programa, resultando num comportamento caracterizado pelo comodismo. Famílias podem achar a renda do PBF suficiente para garantir à sobrevivência, logo não terão iniciativa de ingressar no mercado de trabalhar.

O comodismo tem uma repercussão direta no mercado de trabalho, especificamente no índice de desemprego do país. O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) considera desempregado quem busca emprego. O desemprego está dividido em aberto e oculto, este último divide-se em desemprego oculto pelo trabalho precário e em desemprego oculto pelo desalento. Para o DIEESE, o desemprego aberto corresponde à situação de indivíduos que procuram emprego nos trinta dias anteriores ao da entrevista e que não exerceram atividade remunerada nos sete últimos dias; o desemprego oculto pelo trabalho precário enquadra os indivíduos que realizam trabalho remunerado ocasionalmente ou sem remuneração e que buscaram mudar de emprego nos 30 dias anteriores ao da entrevista e que não conseguiram até os 12 meses anteriores; e, por fim, o desemprego oculto pelo desalento que caracteriza as pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista, mas procuravam efetivamente emprego nos últimos 12 meses.

Então, segundo as informações do DIEESE, conclui-se que o PBF acaba distorcendo as informações sobre a realidade do mercado de trabalho no país com relação ao índice de desemprego, pois, o país pode não apresentar uma redução do desemprego e sim uma redução das pessoas que buscam emprego. Como explicitado, as pessoas que não buscam emprego dentro do prazo estabelecido pelo DIEESE não são consideradas desempregadas. Portanto, os resultados da pesquisa podem não ser condizentes com a realidade, devido ao fato de muitos beneficiários do programa não trabalharem e não procurarem emprego para que não aumente sua renda *per capita* familiar, caso contrário, perdem o benefício.

Para Camargo (2004), o PBF pode ser um grande incentivador da informalidade, pois, como os beneficiários do programa não podem ter um emprego formal, logo, são atraídos para a informalidade e isso tem impacto negativo na arrecadação previdenciária, pois o trabalhador e o empresário deixam de contribuir.

O incentivo à informalidade tem duas consequências importantes. Primeiro, reduz a produtividade do trabalho e, portanto, o crescimento da economia e o salário real dos trabalhadores. Como o incentivo é maior quanto menor o salário do trabalhador, no longo prazo este sistema de incentivos acaba por gerar uma tendência ao aumento da desigualdade da distribuição da renda. O segundo problema é fiscal. O crescimento da informalidade reduz a base sobre a qual as contribuições incidem, diminuindo a arrecadação e aumentando o déficit do sistema. Esta é uma das principais razões pelas quais o déficit do INSS tem sido crescente desde o início dos anos 90, (...). Isto significa que ou se eleva a contribuição sobre os salários e aumenta o incentivo à informalidade, ou se eleva a carga tributária geral para financiar o déficit e reduz-se a competitividade da economia. (CAMARGO, 2004, p.75).

O Estado não consegue financiar o principal mecanismo de promoção social e econômica das famílias pobres, que é o acúmulo de capital humano através de boas escolas públicas. O efeito é que os filhos das famílias pobres entram no mercado de trabalho em qualidades de competitividade muito piores do que os filhos das famílias ricas, que estudam em escolas particulares, ou porque completam poucos anos de estudo ou porque suas escolas são de baixa qualidade (CAMARGO, 2004).

A pobreza no Brasil só irá diminuir com medidas sustentáveis que integrem de fato a população à economia formal.

Um projeto de desenvolvimento para o Brasil deve considerar a eliminação da pobreza absoluta e a redução das disparidades na distribuição de renda, a crescente internacionalização da economia e as rápidas transformações tecnológicas que estão modificando o mercado de trabalho. Para alcançar tais metas, a sociedade brasileira precisa levar em conta seriamente a aceleração do processo de reformas agrária e urbana e a introdução de programas de garantia de renda mínima (PGRM) ou uma renda de cidadania. (SUPLICY; BUARQUE, 1997, p. 80).

O país precisa assumir o desenvolvimento como um processo integrado, tornando os indivíduos potencialmente mais capacitados a usar suas habilidades individuais, para alcançar os fins almejados. Entretanto, tentativas de erradicar a pobreza podem, em muitas circunstâncias, acarretar perda para a maioria – às vezes, até mesmo para todos. Esse tipo de conflito pode emergir em forma branda ou severa dependendo das circunstâncias exatas. Desse modo, a liberdade se relaciona a tudo aquilo que está ligado diretamente ao alcance da melhoria das condições de vida da população, assim como às oportunidades que tornam os indivíduos possibilitados de alcançar o seu bem estar (SEN, 2000).

No transcorrer desse trabalho foram feitas duas abordagens dentro da perspectiva multidimensional de análise da pobreza, a abordagem das Necessidades Básicas e a abordagem das Capacitações. A abordagem das Necessidades Básicas questiona as idéias das teorias que afirmam que o crescimento econômico é a condição suficiente para eliminação da pobreza. Tal fato chama a atenção para outros indicadores de avaliação da pobreza, como educação, saúde, nutrição, moradia, trabalho e, posteriormente, participação política e social.

A abordagem das Capacitações se destaca por inserir um novo elemento no estudo da pobreza, isto é, a liberdade. Defendendo que as capacidades e habilidades dos seres humanos devem ser expandidas. Essa abordagem dá ênfase a liberdade do indivíduo de levar a vida que desejar. Dentro dessa perspectiva, a pobreza é definida como privação de capacitações básicas que impede ou reduz a liberdade substantiva do indivíduo.

Com relação à aplicação da abordagem das Capacitações no Brasil ainda há muito que fazer, principalmente em relação à questão da cidadania, apesar das enormes conquistas dos direitos a cidadania está muito longe da maioria dos brasileiros, pois a conquista dos direitos políticos, sociais e civis não consegue camuflar o drama de milhões de pessoas em situação de miséria, altos índices de desemprego, elevado número de analfabetos e semianalfabetos e violência que sofrem grande parte da população brasileira.

5 CONCLUSÕES

Sabe-se que a compreensão atual da pobreza a expõe como um fenômeno composto de diferentes dimensões importantes para o bem estar da população, porém não pode perder de vista que muitas dimensões são difíceis de serem mensuradas, a exemplo das condições culturais, da inserção política, do nível de participação social da população, que também devem ser consideradas na identificação e mensuração da pobreza. Contudo, ao se analisar a pobreza como insuficiência de renda e centrá-la como objeto de políticas públicas, pode-se estar deixando de lado dimensões importantes na sua concepção.

Diversas abordagens podem ser constatadas dentro da perspectiva multidimensional de análise da pobreza, entre elas a Abordagem das necessidades humanas básicas e a Abordagem das capacitações. A Abordagem das necessidades básicas foi uma das primeiras a discordar dos conceitos das teorias que afirmam que o crescimento econômico é a condição suficiente para erradicação da pobreza. Esse fato atraiu atenção para outros aspectos de avaliação da pobreza, como educação, saúde, nutrição, moradia, trabalho e, posteriormente, participação política e social.

As características do contexto econômico e social do Brasil apontam para a existência de expressiva pobreza no Brasil. Apesar do crescimento econômico e do processo de industrialização ocorridos no país a partir dos anos 1950, observa-se que o país ainda possui fortes características rurais, ou seja, presença significativa da agricultura de subsistência, que não podem ser desprezadas na elaboração das políticas públicas econômicas e sociais.

Do total da população brasileira, 8,5% vivem em extrema pobreza. Ao se analisar as regiões brasileiras, nas áreas urbana e rural separadamente, percebem-se as discrepâncias existentes entre elas. A pobreza é mais intensa e mais severa na área rural, e do total da população pobre no Brasil 25,5% vivem em áreas rurais, uma dimensão que atinge proporções maiores nas regiões Norte e Nordeste do país, com percentual igual a 35,7% e 35,4%, respectivamente.

Com relação à análise da pobreza por cor ou raça, sexo e faixa etária, os dados mostraram que os indivíduos pertencentes às categorias preta ou parda representam 70,8% da população brasileira. Quanto à decomposição por sexo, verificou-se uma ligeira supremacia das

mulheres (50,5%) sobre os homens (49,5%) no que se refere à extensão da pobreza. E por fim, verificou-se que a pobreza atinge mais a população de até 19 anos (50,9%).

Percebe-se que o PBF apresenta pontos positivos, pois, ao transferir renda para quem realmente necessita, contribui para o aumento do consumo e, por extensão, reduz a pobreza. Essa renda também dinamiza a economia em diversos municípios. A crítica ao PBF se sustenta no caráter assistencialista do programa, pois segundo alguns especialistas é utópico tentar erradicar a pobreza sob essa ótica. O PBF é válido, porém precisa ser acompanhado de medidas sustentáveis que de fato minimizem a pobreza no país. Tais medidas se configuram na melhoria da qualidade da educação, da saúde, da moradia, do saneamento básico, da criação de postos de trabalho e da garantia à cidadania.

Interpretar a pobreza como um fenômeno multidimensional é atribuir importância às políticas públicas sociais, que precisam atuar em conjunto, de forma não somente a retirar o indivíduo da pobreza, mas também de evitar o seu retorno a ela. Isso significa que adotar a linha de pobreza - que, aliás, é um valor bastante questionável, não garante a sua superação, é preciso que haja ações sociais e econômicas integradas que contribuam para a promoção do desenvolvimento que, conseqüentemente, permita a eliminação dos riscos de incidência da pobreza.

Na perspectiva de Sen (2000) o desenvolvimento assume, portanto, o caráter de um processo integrado de expansão das liberdades, tornando os indivíduos potencialmente mais capacitados a usar suas habilidades individuais, o que lhes confere um valor instrumental, para o alcance dos fins ambicionados. Por isso o Estado precisa garantir mais do que direitos, precisa garantir a igualdade de oportunidade dos indivíduos na sociedade. Desse modo, a liberdade se relaciona a tudo aquilo que está ligado diretamente à melhoria das condições de vida da população, assim como às oportunidades que tornam os indivíduos possibilitados de exercer sua cidadania.

REFERÊNCIAS

- ALCOFORADO, Fernando Gonçalves. As desigualdades sociais e regionais do Brasil no século XX. In: _____. **Os condicionantes do desenvolvimento do Estado da Bahia**. Tese (Doutorado em Ciências Humanas Sociais) - Universitat de Barcelona, 2003. Cap. 5. Disponível em: <<http://www.tesisenred.net/handle>>. Acesso em: 14 abr. 2012.
- ARAUJO, Jair Andrade de; MORAIS, Gabriel Sampaio; CRUZ, Mércia Santos da. Estudo da pobreza multidimensional no estado do Ceará. **LER - Laboratório de Estudos Regionais**. Universidade Federal do Ceará. Sobral - Ceará, fev. 2012. Disponível em: <<http://www.ler.ufc.br/arquivos>>. Acesso em: 22 abr. 2012
- BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Rev. Bras. Ci. Soc.**, v. 15, n.42, p.123-142, fev. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe>>. Acesso em: 15 jan. 2012.
- BELIK, Walter; SILVA, José Graziano da; TAKAGI, Maya. Políticas de combate à fome no Brasil. **São Paulo Perspec.** v.15, n.4, p. 119-129, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 15 mar. 2012.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. **Economia brasileira em perspectiva**. Brasília, 2010. 163 p. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 24 maio 2012.
- CAMARGO, José Márcio. Política social no Brasil: prioridades erradas, incentivos perversos. **São Paulo em Perspectiva**. 2004, v.18, n. 2, p. 68-77. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n2/a08v18n2.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2012.
- CARDOSO JR., J.C. ; POCHMANN, M. **Raízes da concentração de renda no Brasil: 1930 a. 2000**. Brasília; Campinas: IPEA; CESIT, 2000. Disponível em: <http://www.decon.ufpe.br/.../visao/.../raizes_da_concentracao_de_renda.do...>. Acesso em: 15 jan. 2012.
- COHN, Amélia. Políticas sociais e pobreza no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**, n.12, p.1-19, jun./dez. 1995. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article>>. Acesso em: 23 fev. 2012.
- CRESPO, Antônio Pedro Albernaz; GUROVITZ, Elaine. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **RAE-eletrônica**, v.1, n.2, 2002. Disponível em: <<http://www.rae.com.br/electronica/index.cfm>>. Acesso em: 13 nov. 2011.
- DELGADO, Guilherme. Discursos e políticas recentes de luta contra a pobreza no Brasil. In: LESTIENNE, B. ; MILESI, R. ; GUERTECHIN, T. (Orgs.). **População e pobreza**. São Paulo: Edições Loyola, 2003. p. 100-120. Disponível em: <<http://www.direitosociais.org.br/secoesdetalhes>>. Acesso em: 23 abr. 2012.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE. **Pesquisa de emprego e desemprego na Região Metropolitana de Salvador: resultados do ano de 2011**. Salvador: SEI, 2011. 9 p. n. 11.

Disponível em: <<http://www.sistemaped.dieese.org.br/analiseped/ped.html>>. Acesso em: 12 maio 2012.

FERREIRA, Djalma N. Resistências políticas sociais e econômicas às políticas de combate a pobreza. **Conjuntura e Planejamento**, Salvador, n. 117, p.31-36, fev.2004.

FURTADO, Celso. Os desafios da nova geração. **Revista de Economia Política**, v.24, n.4. p.483-486, out./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/96-1.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2011.

HOFFMANN, Rodolfo. **Mensuração da desigualdade e da pobreza no Brasil**. 2009. Disponível em: <<http://www.desafios.ipea.gov.br>>. Acesso em: 13 mar. 2012.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, v.21, n.55, 2001, p.30-41. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf>>. Acesso em: 09 fev. 2012.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. RJ. 2010. (Estudos e pesquisas: informação demográfica e socioeconômica, n. 27). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/censo2010/>>. Acesso em: 15 dez. 2011.

KAGEYAMA, Angela; HOFFMANN Rodolfo. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Economia e Sociedade**, v.15, n. 1, p. 79-112, jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br>>. Acesso em: 13 maio 2012.

KOHUT, John. *et al.* A nova face da pobreza. **O Correio da Unesco**, v.27, n. 5, p. 17-19, maio 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/raeel/v1n2/v1n2a03.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2012.

LACERDA, Antonio Correa de *et al.* A crise de 1930 e o avanço da industrialização. In: REGO, José Márcio; MARQUES Rosa Maria; (Orgs.). **Economia brasileira**, 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. cap. 5.

LACERDA, Fernanda Calasans Costa. **A pobreza na Bahia sob o prisma multidimensional**: uma análise baseada na abordagem das necessidades básicas e na abordagem das capacitações. 2009, 210 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Uberlândia, 2009. Disponível em: <<http://www.ppgge.ie.ufu.br/node/146>>. Acesso em: 28 mar. 2012.

LIMA, Ana Luiza. Mensuração da pobreza: reflexões sobre a necessidade de articulação de diferentes indicadores. **Caderno CRH**, Salvador, v.17, n.40, p.129-141, jan./abr. 2004.

MACHADO, Kenys Menezes; PENTEADO FILHO, Paulo de Arruda. **Mensuração da pobreza**: uma comparação entre a renda e a abordagem multidimensional da pobreza na Bahia. 2006. 125 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2006. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufba.br/>>. Acesso em: 22 mar. 2012.

MACHADO, Kenys Menezes. Implicações teóricas do conceito de pobreza no combate à pobreza. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v.17, n.1, p.685-693, abr. 2007. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 23 fev. 2012.

MACHADO, Kenys Menezes. Pobreza como insuficiência de renda: vantagens e limitações. **Conjuntura & Planejamento**, Salvador, v.1, n.155, p.30-35, abr./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br/publicacoes>>. Acesso em: 05 fev. 2012.

MELO, Hildete Pereira de. **Gênero e pobreza no Brasil**. Brasília: CEPAL/SPM, 2005. Relatório final do projeto governabilidade democrática de gênero em América Latina y el Caribe. Disponível em: <<http://www.portal.mte.gov.br/data/files>>. Acesso em: 10 dez. 2011.

NEDER, Henrique Dantas. Um estudo sobre a pobreza rural com abordagem multivariada. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46., 2008, Rio Branco. **Anais...** Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia. 2008. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/9/633.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2012.

NERI, Marcelo Cortes. **Os emergentes dos emergentes**: reflexões globais e ações locais para a nova classe média brasileira. In: NERI, Marcelo Cortes (Coord.). Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2010. Disponível em: <<http://www.cps.fgv.br/cps/Pesquisas/>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

ROCHA, Sonia. Estimativa de linhas de indigência e de pobreza: opções metodológicas no Brasil. In: HENRIQUES, Ricardo (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. Disponível em: <<http://www.desafios.ipea.gov.br>>. Acesso em: 23 maio 2012.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil**: afinal, de que se trata? Rio de Janeiro: FGV, 2003. 244 p. Disponível em: <<http://www.books.google.com>>. Acesso em: 15 fev. 2012.

SADRONI, Paulo. **Dicionário de economia do século XXI**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2006. p. 661.

SALAMA, Pierre. Pobreza: luz no fim do túnel?. **RENE – Revista Nexos Econômicos**, Salvador, v. 4, n. 6, p. 9-29, jun. 2010. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revnexeco/article/view/4860/3591>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409 p.

SILVA, Ana Márcia Rodrigues da; LACERDA, Fernanda Calasans C. ; NEDER, Henrique Dantas. A evolução do estudo da pobreza: da abordagem monetária à privação de capacidades. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v.21, n.3, p.509-527, jul./set. 2011.

SILVA, Mirela de Carvalho Pereira da; BARROS, Ricardo Paes de; FRANCO, Samuel. **Pobreza multidimensional no Brasil**. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 17 mar. 2012.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo; BUARQUE, Cristovam. Garantia de renda mínima para erradicar a pobreza: o debate e a experiência brasileira. **Estudos Avançados**, v. 11, n.30, p. 79-93, 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v11n30/v11n30a07.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2012.